TRINTA ANOS DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil

Maria Ozanira da Silva e Silva[1]

Resumo: O presente artigo aborda os resultados de uma ampla pesquisa documental desenvolvida nos 99 números da Revista Serviço Social & Sociedade que foram publicados durante três décadas: 1979-2009. O objetivo é caracterizar e analisar as contribuições das publicações para a construção do Serviço Social no Brasil com realce à passagem do conservadorismo, que marcou a profissão, para uma perspectiva teórico-metodológica crítica que se tornou hegemônica a partir da segunda metade dos anos 1880 adentrando os anos 1990. Nesse percurso, foi destacado o Projeto Profissional de Ruptura, denominação prevalente nos anos 1980, e o Projeto Ético-Político-Profissional, denominação do projeto profissional crítico a partir dos anos 1990. As temáticas identificadas foram sistematizadas e analisadas no âmbito dos movimentos conjunturais da sociedade e do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, com clara evidência das contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade para a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.
Palavras-chave: Serviço Social, projeto profissional, Revista Serviço Social & Sociedade, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresento o resultado de uma ampla pesquisa desenvolvida nos 99 números da Revista Serviço Social & Sociedade, publicados durante três décadas (1979-2009). Trata-se de um periódico que representa o protagonismo da Editora Cortez de São Paulo em apoio ao desenvolvimento acadêmico e técnico-científico do Serviço Social, atuando enquanto espaço mediador entre a produção científica da profissão e os diferentes momentos conjunturais vivenciados pela sociedade brasileira no período.

A pesquisa me levou a situar a Revista Serviço Social & Sociedade e o Serviço Social no processo histórico de construção da sociedade brasileira, ambos, Revista e profissão, se gestando e se desenvolvendo no âmbito das relações sociais.

Percorrendo o movimento histórico da Revista Serviço Social & Sociedade, revivi o embate entre o conservadorismo e a renovação que marca o processo histórico de construção do Serviço Social brasileiro, situado numa dinâmica dialética onde ambos, a Revista e o Serviço Social são postos e repostos no contexto da estrutura e da conjuntura da sociedade. Nesse processo, fica claro o compromisso explícito, numa negação da postura de pretensa neutralidade preconizada pelo positivismo, da Revista com o Serviço Social, com as mudanças e com o fortalecimento da sociedade, contribuindo para um debate plural com a publicação de temáticas diversificadas.

A Revista Serviço Social & Sociedade surge numa conjuntura de profunda efervescência da sociedade brasileira (1979), quando já se tornava madura a luta política para a derrubada da ditadura militar implantada no país em 1964. Conjuntura

[1] É doutora em Serviço Social, professora no Departamento de Serviço Social e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão; pesquisadora nível 1A do CNPq e membro titular do Comitê de Psicologia e Serviço Social do CNPq (07/2008 a 06/2011).

de ampliação do movimento sindical e popular independentes; de criação do Partido dos Trabalhadores; de grande expressão da organização dos assistentes sociais, manifesta pela atuação das organizações locais, estaduais e nacionais e pelas alianças com os trabalhadores e com o movimento popular, cuja maior expressão foi a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, "Congresso da Virada", realizado em São Paulo, e a XXI Convenção Nacional da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), realizada em Natal; pelo rompimento com o conservadorismo do Serviço Social e pela consolidação de um projeto profissional de ruptura configurado nas três dimensões da profissão: acadêmica, organizativa e de intervenção da prática profissional na sociedade (SILVA, 2009).

Até o final da década de 1960, no Brasil, a bibliografia do Serviço Social de autores nacionais era escassa e se vinculava mais ao campo doutrinário que científico. De modo que a criação da Revista Serviço Social & Sociedade e a publicação de livros produzidos, principalmente a partir de autores assistentes sociais que concluíam o curso de mestrado e, posteriormente, de doutorado, passaram a preencher essa lacuna e a contribuir para a laicização e difusão da produção do Serviço Social. Pesquisa realizada sobre a produção do conhecimento a partir dos programas de pós-graduação vinculados à área do Serviço Social na CAPES revelou que, depois das editoras universitárias no seu conjunto, a Cortez Editora sozinha representava a segunda editora de livros e coletâneas, com respectivamente, 26,97% e 22,57% e a Revista Serviço & Sociedade representava espaço relevante para publicação de artigos dos pesquisadores na área do Serviço Social (CARVALHO; SILVA, 2005).

A Revista Serviço Social & Sociedade direciona-se para a categoria dos assistentes sociais e para profissionais de áreas afins. Tem como público: professores, pesquisadores, alunos e profissionais, constituindo-se em espaço que instiga e estimula a interlocução no interior do Serviço Social e com outras áreas do conhecimento. É a única Revista na América Latina que chegou ao número 100, mantendo um fluxo regular de publicação durante trinta anos, podendo então comemorar sua recente classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC e sua indexação pela SIELO, o que confere o caráter acadêmico-científico a uma revista de uma Editora privada.

Para a elaboração deste artigo, tomei como texto de referência o artigo sobre as contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade, publicado no n. 61 de novembro de 1999, em comemoração aos vinte anos da Revista, passando a considerar o seguinte processo metodológico:

a) Levantamento das temáticas abordadas em todos os números da Revista para proceder a devida organização e sistematização do conteúdo para elaboração do item **2 SITUANDO A TEMÁTICA ABORDADA PELA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE NA SOCIEDADE E NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM TRÊS DÉCADAS**: 1979-2009, do presente artigo;

b) Seleção de artigos que abordam a temática do Projeto Ético- Político e Profissional do Serviço Social, designação mais recente do que denomino de Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social (SILVA, 2009), tendo em vista a elaboração do item seguinte do artigo: **3 CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE PARA A RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM O CONSERVADORISMO;**

c) Leitura dos artigos selecionados de modo a fundamentar a elaboração do sub-item **3.2 O Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social:** contextualização, fundamentos e desafios que é antecedido pelo item **3.1 O Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social:** contextualização, concepções e fundamentos teórico-metodológicos**;**

d) Por último, foi desenvolvido um processo de abstração que permitiu a sistematização dos conteúdos e a elaboração final do texto, inclusive a conclusão.

Ressalto que esse percurso metodológico implicou em levantar contribuições de autores, mas também desenvolver um movimento de interpretação que não foi neutro, por ser orientado por perspectivas teóricas e intencionalidades. Todavia, nesse percurso, procurei desenvolver um constante esforço de objetivação, para problematizar a realidade, sem pretender construir uma "verdade", mas indicar uma versão que expressa meu compromisso com o Serviço Social brasileiro.

2 SITUANDO A TEMÁTICA ABORDADA PELA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE NA SOCIEDADE E NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM TRÊS DÉCADAS: 1979-2009

Neste item é apresentado, discutido e problematizado um levantamento realizado sobre as temáticas abordadas por diferentes autores, considerando questões profissionais, políticas, sociais e econômicas relativas à estrutura e a diferentes conjunturas vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas três décadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa documental, tendo como material empírico a Revista Serviço Social & Sociedade, procedi a uma periodização que considera o período 1979 a 2009, o qual foi subdividido nas respectivas décadas (1979-1989; 1990-1999 e 2000-2009). As duas primeiras décadas foram objetos de estudo anteriormente elaborado pela autora[2]. Portanto, o conteúdo do presente artigo retoma o material previamente trabalhado, procedendo revisões e complementações. O conteúdo referente à década 2000-2009 foi objeto de uma nova pesquisa documental, o que, naturalmente, coloca novas reflexões e problematizações.

A década de 1979 a 1989 situa-se numa conjuntura de "abertura política" e de redemocratização da sociedade brasileira, quando os novos movimentos sociais e sindicais emergem e se constituem sujeitos políticos de uma forte luta social contra a ditadura militar, implantada no país em 1964. Nesse contexto, a categoria profissional dos Assistentes Sociais se organiza e se alia ao movimento político-social mais amplo da sociedade, participando das lutas sociais e desenvolvendo um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo que marcou a história da profissão e, consequentemente, um novo projeto de formação profissional. A expressão maior do movimento que marcou o Serviço Social nessa década foram os já citados III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, "Congresso da Virada", realizado em São Paulo, em 1979, e a XXI Convenção Nacional da ABESS, realizada em Natal, no mesmo ano. São estabelecidos, a partir de então, alianças e compromissos explícitos do Serviço Social com aqueles que vivem do trabalho, ou seja, com as classes subalternizadas da sociedade brasileira, inaugurando-se um novo fazer profissional no campo acadêmico, de intervenção profissional e de organização dos assistentes sociais brasileiros.

Nessa mesma conjuntura, em 1979, é lançada a Revista Serviço Social & Sociedade, que passa a se constituir num espaço privilegiado de abrigo e de impulso da renovação do Serviço Social brasileiro.

---

[2] Os resultados desse estudo foram publicados no artigo: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. "Contribuições da Revista para a Construção do Serviço Social Brasileiro" Revista Serviço Social & Sociedade n. 61, novembro 1999, p. 11-62.

Merece ainda mencionar que, nesse período, a ditadura militar foi derrotada pelo crescente movimento organizativo de segmentos da sociedade brasileira, com destaque ao “Movimento pelas Diretas Já”, inaugurando-se a denominada "Nova República", ampliando-se o movimento social pela universalização de direitos e pelo resgate da dívida social.

A década de 1990 a 1999, última década do século XX, é caracterizada pela opção do governo brasileiro pelo projeto neoliberal em desenvolvimento na Europa e em alguns países da América Latina, apresentando uma nova conjuntura, marcada pela abertura econômica do país para inserção na economia globalizada; hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo; reforma do Estado e elevação do desemprego estrutural. O padrão universalista das políticas sociais em curso, com significativo avanço com a Constituição brasileira de 1988 que instituiu a Seguridade Social, é ofuscado pela focalização da proteção social nos pobres e nos extremamente pobres, inaugurando um padrão minimalista que demanda profundas reformas nas políticas sociais com perdas significativas de direitos anteriormente conquistados.

Portanto, nesse período, o país se insere, progressivamente, no contexto das grandes transformações que vêm marcando a economia e a sociedade, em decorrência de profundas mudanças no capitalismo internacional e na sua matriz de produção.

Nesse contexto, o movimento social e sindical sofre grande impacto, precisando redimensionar sua luta em direção à sobrevivência e à manutenção de direitos e do emprego, subtraindo sua atenção das questões sociais e políticas mais amplas. O Serviço Social mantém seu movimento de renovação, mas é também fortemente atingido com o desemprego e a precarização do trabalho que alcançou todos os trabalhadores. Procura redimensionar sua luta profissional e o projeto profissional crítico em desenvolvimento que passa a ser denominado de Projeto Ético-Político-Profissional[3], tendo em vista responder a novas dimensões da questão social.

Na primeira década do século XXI (2000-2009), o projeto neoliberal já se encontra definitivamente implantado no país. Nessa conjuntura ocorreu, a partir de 2001, um processo de ligeira redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil, inicialmente impulsionado pela estabilização da moeda, seguido da política de reajuste do salário mínimo acima da inflação e do impacto, mesmo que modesto, de programas de transferência de renda, massificados a partir de 2001. Nesse período também se inicia uma retomada do crescimento econômico, logo ameaçado pela crise internacional do capital financeiro, iniciada em 2008, com rebatimentos no Brasil. As manifestações dessa crise, representadas pela elevação dos índices de desemprego e pela recessão, começam a ser ligeiramente atenuadas a partir do segundo trimestre de 2009.

Nesse momento da conjuntura brasileira, as políticas sociais já consolidaram sua gestão descentralizada nos municípios e o padrão da focalização na pobreza e na extrema pobreza, ressaltando-se a prevalência dos programas de transferência de renda, com especial destaque ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído em 1996 por força da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Bolsa Família, criado pelo governo federal em 2003 com alcance de mais de 11 milhões de famílias desde 2006. Nesse campo, merece ainda destaque o avanço da Política de

[3] O Projeto Ético-Político -Profissional do Serviço Social é objeto de análise no item 3.2 do presente artigo.

Assistência Social com uma nova Política Nacional desde 2004 e com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005. Esses são os campos privilegiados da prática do Serviço Social nesse início de século e é para atender aos desafios postos que o Projeto Profissional precisa ser constantemente realimentando e redimensionado no seu conteúdo teórico-metodológico para dar conta dos desafios que seu compromisso, já histórico, de mudança e de apoio às demandas das classes sociais subalternizadas ganhe força e desenvolva respostas adequadas nessa conjuntura.

2.1 As Temáticas abordadas na Revista Serviço Social & Sociedade: sua contribuição para o Serviço Social e o desvelar da questão social no Brasil no período 1979 a 2009

Em relação às matérias assinadas, incluindo artigos, resenhas, entrevistas e depoimentos, trocando em miúdos, expressões do pensamento social, comunicação de pesquisa, temas para debate e relatos de experiência, foram computadas 925 publicações: 257 na década 1979-1989; 258 na década 1990-1999 e 410 na década 2000-2009, o que evidenciou significativo crescimento da Revista na última década. Quanto à autoria dos artigos[4], verificou-se uma grande desconcentração dos autores, sendo que 76,83% só publicaram um artigo; 12,23%, dois artigos; 4,29% publicaram três artigos; 3,22%, quatro e 3,43% apresentaram cinco ou mais artigos publicados no decorrer das duas primeiras décadas consideradas no estudo da Revista *Serviço Social & Sociedade*[5].

Convém ressaltar que na década 2000-2009 a desconcentração de autorias dos artigos da Revista foi ainda maior que nas duas décadas anteriores, de modo que 82,31% deles só publicaram um artigo; 13,71% publicaram dois artigos; 1,82% publicaram três artigos e 1,52 % publicaram de quatro a seis artigos na década referida[6]. Esse aspecto evidencia o caráter democrático e plural da Revista Serviço Social & Sociedade por oportunizar a divulgação do conhecimento produzido sobre o Serviço Social brasileiro para além da academia.

Para apresentação e análise das temáticas abordadas, ressalto, inicialmente, que nas três décadas consideradas, os números de ternas indicados nos quadros abaixo não coincidem com o número de artigos publicados na Revista nas respectivas décadas, porque foram agrupados temas próximos e similares e um artigo, por vezes, foi considerado como abordando mais de um tema, tendo em vista o conteúdo apresentado. Por outro lado, foram incluídos em outros temas aqueles que tiveram duas ou uma incidência. Convém notar que a classificação dos temas ocorreu mais pelo título geral, subtítulos das seções, resumo e introdução do artigo, ou seja, o que

---

[4] Foram consideradas as autorias individuais e as coautorias, registrando-se sempre que um nome apareceu como autor individual ou como coautor

[5] Os autores que tiveram de cinco a mais artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, no período de 1979-1999, foram os seguintes, em ordem decrescente: Vicente de Paula Faleiros (16); Myriam Veras Baptista (12); Maria Lúcia Martinelli e Maria da Glória Gohn (11); Aldaíza Sposati, José Paulo Netto (9); José Rogério Lopes, Maria Ozanira da Silva e Silva, Safira B. Ammann, Maria do Carmo Brant de Carvalho e Úrsula M. Simon Karch (7); Maria Luíza de Souza, Maria Carmelita Yazbek, Mariangela Belfiore Wanderley e Potiyara Amazoneida Pereira (6); Maria Luíza de Souza, Aglair Alencar Setúbal, Elizabeth de Melo Rico, Elisabete Mota e Raquel Raichelis (5).

[6] Os autores que tiveram de quatro a seis artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, no período de 2000-2009, foram os seguintes, em ordem decrescente: Aldaíza Sposati (6); Luís Eduardo Wanderley (6); Ivanete Boschetti (5); Raquel Raichelis (4) e Zelimar Soares Bidarra (4).

se pretendeu foi classificar as temáticas centrais abordadas em cada artigo, o que não significa dizer que outras temáticas não tenham sido consideradas pelos autores, mas quando o foram foi de modo tangencial.

Na primeira década (1979-1989), a Revista Serviço Social & Sociedade publicou 257 trabalhos assinados por diversos autores, com destaque aos artigos, sendo o número médio de artigos por Revista de 8,56. As publicações abordaram as temáticas sintetizadas no Quadro 1, abaixo.

QUADRO 1. Temáticas abordadas (1979-1989)

Temas Abordados	F	%
*Prática Profissional do Serviço Social	30	10,53
Saúde	20	7,02
Participação Social/Participação Popular	17	5,97
Movimentos Sociais Populares/Movimento Operário/Gestão Popular	17	5,97
Política Social	16	5,61
*Formação Profissional/Currículo/Ensino/Estágio	15	5,26
Trabalho Comunitário/Desenvolvimento de Comunidade	12	4,21
Pesquisa/Produção do Conhecimento	11	3,86
Família	09	3,16
Criança e Adolescente	08	2,81
*Organização Política dos Assistentes Sociais	07	2,46
Educação Popular/Organização Popular/Cultura Popular	07	2,46
Modelo Funcional/Teoria Funcionalista/Positivismo	07	2,46
*A Profissão Serviço Social	06	2,11
Política de Assistência Social	06	2,11
Questão agrária/Agrícola/Reforma agrária/Serviço Social Rural	05	1,76
Ideologia/Poder/Hegemonia	05	1,76
Estado de Bem-estar Social	04	1,40
*Serviço Social de Empresa	04	1,40
Pobreza/Exclusão Social	04	1,40
*História do Serviço Social	04	1,40
*Supervisão em Serviço Social	04	1,40
Democracia	04	1,40
*Metodologia do Serviço Social	03	1,05
Classes Populares/Classes Subalternas	03	1,05
Trabalho Social/Prática Social	03	1,05
Trabalho	03	1,05
Estado	03	1,05
Movimento de Mulheres/Feminismo	03	1,05
Planejamento	03	1,05
Política Habitacional	03	1.05
* Reconceituação do Serviço Social	03	1,05
Outros Temas[2]	36	12,63
TOTAL	285	100.00

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

Foram categorizados 32 temas com incidências de 30 a até 03, além de um grupo de 36 indicações de outros temas que agrupou de 01 a 02 temas, com um total geral de 285 incidências de todos os temas abordados na década considerada. Se agruparmos os temas relacionados com o Serviço Social, que se encontram destacados com um * no quadro acima (prática profissional, formação profissional, currículo/ensino/estágio, organização profissional, profissão Serviço Social, Serviço Social de empresa, história, supervisão, metodologia e reconceituação do Serviço Social), temos uma incidência, na década, de 76 indicações no campo do Serviço Social, o que evidencia a prevalência dessa temática. Outros destaques que merecem consideração no período 1979-1989 são as temáticas: saúde; participação social/participação popular; movimentos sociais populares/movimento operário/gestão popular; política social; trabalho comunitário/desenvolvimento de comunidade; família, criança e adolescente. Todos esses temas situam-se diretamente no âmbito do

Serviço Social por constituírem campos da prática profissional ou por abordarem sujeitos privilegiados da prática interventiva e acadêmica da profissão.

Na década de 1990-1999, a Revista Serviço Social & Sociedade publicou um total de 258 trabalhos, com destaque a artigos, elaborados por diversos autores, com uma média de 8,60 artigos por Revista. Esses artigos abordaram as temáticas sintetizadas no Quadro 2, abaixo:

QUADRO 2. Temáticas abordadas (1990-1999)

Temas Abordados	**F**	**%**
Trabalho/Transformações no Mundo do Trabalho	26	8,10
Revolução Informacional/Nova ordem Mundial/Reestruturação Industrial/Transformações Societárias/Globalização/Modemidade/Pós-modemidade/Sociedadepós-industrial/Neoliberalismo/Crise	20	6,23
Política Social/Programas sociais	19	5,92
Política de Assistência Social	19	5,92
*Prática Profissional/Práxis do Serviço Social/Ação Profissional	15	4,67
Movimentos Sociais/Organização popular/Participação Popular	14	4,36
Direitos humanos/Direitos sociais/Cidadania	12	3,74
*Formação profissional/Ensino/Estágio	12	3,74
Miséria/Pobreza/Exclusão Social	12	3,74
*Pesquisa/Pesquisa em Serviço Social/Pesquisa participante	11	3,43
*Ética/Ética Profissional	10	3,12
Democracia	10	3,12
Família	10	3,12
Saúde	09	2,80
Renda Mínima/Mínimos sociais	07	2,18
Mulher/Feminismo	07	2,18
Descentralizacâo/Municipalização	07	2,18
Terceiro Setor/ONG	06	1,87
*Profissão Serviço Social	06	1,87
Trabalho Comunitário/Desenvolvimento de Comunidade	06	1,87
Conselhos populares	05	1,56
Educação	05	1,56
Criança e Adolescente	0 5	1,56
Conceito de Sociedade Civil	04	1,25
Marxismo	04	1,25
Idoso/Gerontologia	03	0,93
Universidade	03	0,93
*Organização Profissional	03	0,93
Estado	03	0,93
Política Empresarial/Empresa	03	0,93
Outros temas	45	14,01
TOTAL	321	100.0

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

Foram categorizados, na década 1990-1999, 30 temas com até 03 incidências, além de 45 outras indicações que agruparam de 01 a 02 temas, registrando-se um total geral de 321 indicações de temas abordados. Se agruparmos os temas relacionados com o Serviço Social que se encontram destacados com um * no quadro acima (prática profissional, práxis do Serviço Social, ação profissional, formação profissional/ensino/estágio,pesquisa/pesquisa em Serviço Social/pesquisa participante, ética/ética profissional, profissão Serviço Social e organização profissional), a incidência de temáticas no campo do Serviço Social, cai de 76, na década anterior, para 57, o que ainda demonstra a prevalência dessa temática. Outros destaques que merecem consideração no período 1990-1999 são as seguintes temáticas: trabalho/transformação no mundo do trabalho; revolução informacional/nova ordem mundial/reestruturação industrial/transformações societárias/globalização/modernidade/pós-modernidade/sociedade pós-industrial/neoliberalismo/crise do socialismo real; política social/programas sociais;

política de assistência social; movimentos sociais/organização popular/participação popular; direitos humanos/direitos sociais/cidadania; miséria/pobreza/exclusão social; democracia; família; saúde e renda mínima/mínimos sociais. Todos esses temas situam-se também diretamente no âmbito do Serviço Social por constituírem campos da prática profissional, por abordarem sujeitos privilegiados da prática interventiva e acadêmica da profissão ou por evidenciar o novo contexto socioeconômico e político onde o Serviço Social se situa no âmbito das relações sociais. Por outro lado, temas que expressam as mudanças vivenciadas pela sociedade capitalista mundial são fortemente incorporados pelo Serviço Social brasileiro na década, demonstrando a sensibilidade e a sintonia da profissão com temas relevantes e atuais que apontam as mudanças em marcha, desde a década passada, em muitos outros países, e incorporados pelo Brasil nos anos 1990. São também destacados programas como os de transferência de renda que passam a ser incorporados na agenda da proteção social no Brasil, registrando-se ainda o destaque que temas como a Política de Assistência Social; pobreza/miséria e família passam a ter na agenda do Serviço Social.

Na década de 2000-2009, a Revista Serviço Social & Sociedade publicou um total de 410 trabalhos, com destaque a artigos, elaborados por diversos autores, com uma média de 8,63 artigos por Revista, média bastante próxima das duas décadas anteriores que foi, respectivamente, de 8,56 e 8,60. Esses artigos abordaram as temáticas sintetizadas no Quadro 3, abaixo:

QUADRO 3. Temáticas abordadas (2000-2009)

Temas Abordados	**F**	**%**
Serviço Social[7]	35	6,69
Temas Específicos de Serviço Social:		
Projeto Profissional/Projeto Ético-Político Profissional	13	2,48
Ensino do Serviço Social	09	1,72
Prática Profissional	07	1,39
Organização Profissional/Estudantil	05	0,96
Formação Profissional	03	0,57
Política de Assistência Social/SUAS	40	7,65
Cidadania/Justiça/Direitos Humanos e Sociais	39	7,46
Trabalho/Políticas Públicas de Trabalho/Desemprego	33	6,31
Criança/Adolescente/Juventude/Políticas Públicas	28	5,35
Pobreza/Exclusão Social/Políticas Públicas	21	4,02
Saúde/Saúde Mental/Políticas Públicas	21	4,02
Participação/Planejamento e Orçamento Participativo	19	3,63
Família/Políticas Públicas	18	3,44
Questões afetas ao Poder Judiciário[8]	16	3,05
Política Social/Política Pública	16	3,05
Envelhecimento/Idoso	14	2,68
Cidade/Questão urbana/Habitação	14	2,68
Ética/Bioética	14	2,68
Estado/reforma do Estado	13	2,49
Controle Social/Conselhos de Gestão	13	2,49
Violência	11	2,10
Terceiro Setor/Voluntariado/Filantropia/Responsab. Social	10	1,91
Público/Privado	10	1,91

[7] Sob o título geral de Serviço Social encontram-se as seguintes temáticas: reconceituação, processo de trabalho, Serviço Social e globalização, competências profissionais, exame de proficiência, perícia social; marcos legais e Trabajo Social na América Latina.

[8] Foram indicados no tema Poder Judiciário: prisões, sistema penitenciário, impunidade, imputabilidade, criminalidade e penas privativas de liberdade.

Educação/Ensino Superior	09	1,72
Gênero	07	1,34
Lutas Sociais/Movimento Social/Movimento Sindical	07	1,34
Reestruturação Produtiva/Nova Ordem/Globalização/Neoliberalismo	08	1,53
Programas de Transferência de Renda/BPC/Bolsa Família	07	1,34
Seguridade Social/Proteção Social	07	1,34
Sociedade Civil	06	1,14
Pesquisa/Produção do Conhecimento	05	0,95
Questão Social	05	0,95
Previdência Social	03	0,57
Intersetorialidade	03	0,57
Outros Temas[9]	34	6,50
Total	523	100

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

Foram categorizados, na década 2000-2009, 36 temas com até 03 incidências, além de 34 indicações de outras temáticas que agruparam de 01 a 02 temas, registrando-se um total geral de 523 indicações de temas abordados. Se agruparmos os temas relacionados com o Serviço Social (reconceituação, processo de trabalho, Serviço Social e globalização, competências profissionais, exame de proficiência, perícia social; marcos legais e Trabajo Social na América Latina) e os temas específicos indicados no quadro acima: projeto profissional/projeto ético-político profissional; ensino do Serviço Social; prática profissional; organização profissional/estudantil e formação profissional, a incidência de temáticas no campo do Serviço Social é de 72, a maior das três décadas consideradas no estudo, o que evidencia, fortemente, a prevalência de temas no âmbito da profissão na produção do Serviço Social brasileiro. Outros destaques que merecem consideração no período 2000-2009 são as seguintes temáticas: Política de Assistência Social com grande destaque ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em implantação desde 2005; cidadania/justiça/direitos humanos e sociais; trabalho/políticas públicas de trabalho/desemprego; criança/adolescente/juventude/políticas públicas; pobreza/exclusão social/políticas públicas; saúde/saúde mental/políticas públicas; participação/planejamento e orçamento participativo; família/políticas públicas; questões afetas ao poder judiciário; política social/política pública; envelhecimento/idoso; cidade/questão urbana/habitação; ética/bioética; Estado/reforma do Estado e controle social/conselhos de gestão. Todos esses temas situam-se também diretamente no âmbito do Serviço Social por constituírem campos da prática profissional, por abordarem sujeitos privilegiados da prática interventiva e acadêmica da profissão e por destacarem temáticas conjunturais relevantes como a reforma do Estado, família, pobreza, trabalho, envelhecimento e questões da cidade. São significativas as produções sobre o campo jurídico enquanto espaço de prática do Serviço Social, bem como o destaque atribuído à ética que é devidamente articulada ao debate sobre o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social que marcou o debate sobre a profissão nessa primeira década do século XXI.

A partir do número 50, publicado em abril de 1996, a Revista Serviço Social & Sociedade passou a apresentar novo formato e diagramação, incluindo três novas seções. A primeira, denominada **Trocando em Miúdos,** para publicação de verbetes que apresentem conceitos ou categorias teóricas de uso corrente no Serviço Social; a segunda, denominada **Canal Aberto,** constitui espaço para comunicação entre a

[9] Foram incluídos em outros temas aqueles que tiveram de 01 a 02 indicações: solidariedade, sociedade salarial, controle do capital, empoderamento, classe social, comunidade, conjuntura, Fórum Social Mundial, religião, MERCOSUL, população de rua, economia solidária, questão racial, avaliação, capitalismo, subalternidade, meio ambiente, PAC, terceirização, doenças, drogas, AIDS, socialismo, crise, internacionalismo e nacionalismo, social liberalismo.

Editora Cortez e leitores da Revista e a terceira seção, I**nformes,** divulga eventos e datas comemorativas importantes. Ademais, cada número da Revista passou a privilegiar uma temática específica[10], conforme o Quadro 4, abaixo:

QUADRO 4. Distribuição de Eixos Temáticos por número da Revista (1996-2009)

Número da Revista	Período de	Temática Abordada
50	Abril 1996	0 Serviço Social no século XXI
51	Agosto 1996	Identidade e Formação Profissional
52	Dezembro 1996	Mundo do Trabalho
53	Março 1997	Política Social e Direitos Humanos
54	Julho 1997	Descentralização, Cidadania, Participação
55	Novembro 1997	Mínimos Sociais, Exclusão Social
56	Março 1998	Assistência Social, Sociedade Civil
57	Julho 1998	Temas Contemporâneos
58	Novembro 1998	Terceiro Setor, Movimento Social hoje
59	Março 1999	Espaço público, Cidadania, Terceiro Setor
60	Junho 1999	Crise e Sistema de Proteção Social
61	Novembro 1999	Número comemorativo aos 20 anos
62	Março 2000	Processo de Trabalho e Assistência Social
63	Julho 2000	O Enfrentamento da Pobreza em Questão
64	Novembro 2009	Modernidade, Sombras e Lutas
65	Março 2001	Seguridade Social e Cidadania
66	Julho 2001	Fórum Social; Gestão de Políticas
67	Número Especial2001	Temas Sócio-jurídicos
68	Novembro de 2001	Assistência e proteção Social
69	Março 2002	Multifaces do Trabalho
70	Julho 2002	Violência
71	Número Especial 2002	Famílias
72	Novembro 2002	Cidade, Proteção e Controle Social
73	Março 2003	Políticas Públicas e Sociedade Civil
74	Julho 2003	Saúde, Qualidade de Vida e Direitos
75	Número Especial 2003	Velhice e Envelhecimento
76	Novembro 2003	Estado e Regulação Social
77	Março 2004	Assistência Social; Políticas e Direitos
78	Julho 2004	Gestão pública
79	Número Especial 2004	Serviço Social: Formação e Projeto Político
80	Novembro 2004	Política de Assistência Social
81	Março 2009	Temas em Debate
82	Julho 2005	Trabalho e Saúde
83	Número Especial 2005	Criança e Adolescente
84	Novembro 2005	Reconceituação do Serviço Social: 40 anos
85	Março 2006	Ética; Execução de Políticas; Democracia
86	Julho 2006	Espaço Público e Direitos Sociais
87	Número Especial 2006	SUAS e SUS
88	Novembro 2006	Espaço Público e Controle Social
89	Março 2007	Ética Pública e Cultura de Direitos
90	Junho 2007	Gestão Pública
91	Número Especial 2007	Projeto Profissional e Conjuntura
92	Novembro 2007	Política Social, desafios para o Serviço

[10] Antes do número 50, apenas alguns números da Revista Serviço Social & Sociedade foram orientados por um eixo temático geral: n. 3 outubro/1980 – Novos Espaços; n. 4 dezembro/1980 – Teoria; n. 6 setembro/1981 – Prática Social; n. 7 dezembro/1981 – Poder e busca da participação; n. 9 agosto/1982 – O Discurso profissional; n. 12 agosto/1984 – Os 50 anos (do Serviço Social no Brasil); n. 13 dezembro/1983 – Ideologia, instituição e movimentos sociais; n. 14 dezembro/1984 – Formação profissional; n. 15 agosto/1984 – Prática de ensino; n. 16 dezembro/1984 – Serviço Social e Saúde; n. 18 agosto/1985 – Trabalho e n. 30 abril/1989 – número comemorativo dos 10 anos da Revista.

93	Março 2008	Trabalho e Trabalhadores
94	Junho 2008	Exame de Proficiência em Debate
95	Número Especial 2008	Serviço Social, Memória e História
96	Novembro 2008	Memória do Serviço Social
97	Janeiro/Março	Serviço Social, História e Trabalho
98	Junho/2009	Mundialização do Capital e Serviço Social
99	Setembro 2009	Direitos, Ética e Serviço Social

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

Os números temáticos da Revista Serviço Social & Sociedade são instituídos, sistemática e ininterruptamente, a partir do número 50 da Revista, publicado em abril de 1989. Antes desse número, a Revista publicou apenas 12 números temáticos, totalizando, portanto, 62 números temáticos se considerado do número 01 (setembro de 1979) a 99 da Revista (setembro de 2009). Os temas que mais originaram números temáticos foram o Serviço Social em articulação com outros temas diretamente afetos à profissão, totalizando 18 números temáticos (29,03), seguido da Política de Assistência Social que originou 06 números temáticos (9,67%). Essa constatação reafirma as análises anteriores, destacando o Serviço Social e a Política de Assistência Social enquanto temáticas prevalentes para produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro.

2.2 As Temáticas recorrentes e emergentes na Revista Serviço Social & Sociedade no período 1979 a 2009

A análise dos Quadros 1, 2, 3 e 4 permitiu proceder-se, inicialmente, a identificação das temáticas que foram recorrentes nas três décadas, embora com alterações de freqüência em cada década. Esse aspecto revela os conteúdos mais diretamente relacionados com a identidade profissional, conforme demonstra o Quadro 5, abaixo.

QUADRO 5. Temáticas Recorrentes nas três décadas (1979-2009)

Temáticas Recorrentes	**F 1979-1989**	**F 1990-1999**	**F 2000-2009**
Prática Profissional	**30**	**15**	**07**
Saúde	**20**	**09**	**21**
Movimentos Sociais/Movimentos Populares	**17**	**14**	**07**
Política Social	**16**	**19**	**16**
Formação profissional	**15**	**12**	**03**
Pesquisa/produção do Conhecimento	**11**	**11**	**05**
Trabalho Comunitário	**12**	**06**	**02**
Família	**09**	**10**	**18**
Criança/adolescente	**08**	**05**	**28**
Organização profissional	**07**	**03**	**05**
Política de Assistência Social	**06**	**19**	**40**
Democracia	**04**	**10**	**00**
Pobreza/Miséria/Exclusão Social	**04**	**12**	**21**
Mulher/Feminismo	**03**	**07**	**07**
Trabalho	**03**	**26**	**33**
Estado	**03**	**03**	**13**

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

Uma análise dos artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade nas três décadas consideradas no presente estudo (1979-1989; 1990-1999 e 2000-2009) revelou que o tema *prática profissional* está presente na produção do Serviço Social nas três décadas, embora outros, relacionados à prática do Serviço Social, como *política social* e *assistência social*, tenham concentrado mais atenção dos assistentes sociais no período, registrando-se um forte declínio da temática *prática profissional* de 1979-1989 para 2000-2009, decaindo de 30 para 07 indicações. No mesmo período, registrou-se um crescimento vertiginoso do tema *Política de Assistência Social*, de 06 para 40 indicações. É relevante, portanto, o crescimento do interesse sobre o tema *assistência social*, o que pode ser justificado pelo protagonismo dos assistentes sociais na discussão e nos encaminhamentos sobre a *Política de Assistência Social*, na construção da LOAS e do SUAS. O interesse pelo tema *política social* situa-se no contexto do debate sobre reforma do Estado, rumo à constituição de um Estado Mínimo, e da reforma dos programas sociais, como estratégia, em toda a América Latina, para a redução de gastos e transferência de responsabilidades dos programas sociais, do Estado para o chamado terceiro setor/ONGs, principalmente no que se refere à implementação dos programas sociais.

O tema *saúde*, *políticas de saúde* mereceu destaque nas três décadas, principalmente na primeira e na terceira década consideradas no estudo, em razão de ter constituído um campo de intervenção profissional relevante para o Serviço Social, destacando-se nos últimos anos como uma temática importante, também, na pesquisa e produção de conhecimento dos assistentes sociais.

A discussão sobre a *produção do conhecimento* no âmbito do Serviço Social mereceu atenção nas três décadas, embora com significativo declínio na década 2000-2009. Esse aspecto revela a convicção dos assistentes sociais sobre a produção do conhecimento enquanto atribuição relevante para o Serviço Social, além da atribuição mais destacada no campo da intervenção social.

O *Trabalho comunitário* se destacou com 12 indicações na década 1979-1989 por se constituir importante campo de prática do Serviço Social a partir dos anos 1960, mantendo interesse decrescente nas duas décadas seguintes.

O tema *movimentos sociais populares* assume destaque na primeira década do estudo (1979-1989), quando se registrou uma grande efervescência política na sociedade brasileira, culminando com a derrubada da ditadura militar instaurada em 1964. Na segunda década (1990-1999) o interesse sobre essa temática é mantido, registrando-se, porém, declínio significativo na década 2000-2009. Esse aspecto é revelador desta temática como referência importante para construção e desenvolvimento do *Projeto Profissional de Ruptura*, sendo na última década a Ética assumida como referência prevalente para o que passou a denominar-se *Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social.* Ademais, a relevância do tema *formação profissional* nas duas primeiras décadas, embora com declínio significativo na terceira década, revela preocupação no avançar da construção do projeto profissional referido, visto que um referencial crítico na proposta de formação profissional é uma exigência do novo projeto profissional. Todavia, o tema *organização profissional* teve um declínio da década de 1979-1989 (07 indicações) para a década 1990 -1999 (03 indicações), embora se tenha verificado ligeira elevação na década 2000-2009 (05 indicações), o que reflete a desestruturação das associações profissionais, responsáveis pela efervescência desse debate na primeira década e o contexto da opção neoliberal do Estado brasileiro que canalizou os movimentos sociais para demandas pela sobrevivência e manutenção do emprego, interferindo a luta política mais geral da sociedade.

Os temas *família e criança/adolescente* vêm impulsionando interesse crescente do Serviço Social, com expressiva indicação na década 2000-2009 (18 e 28 indicações, respectivamente), podendo esse interesse crescente ser explicado por se constituírem sujeitos privilegiados da Política de Assistência Social que, como vimos, é também objeto de interesse crescente no âmbito do Serviço Social.

É curioso verificar-se que o tema *democracia* apresenta interesse maior na década dos anos 1990, embora já se tenha saído da ditadura militar, passando a ser visto como uma alternativa de sociedade em razão da desestruturação do socialismo real, identificado como uma forma autoritária de gestão. Assim, a *democracia* passa a ser considerada como aspecto intrínseco, inclusive de uma utopia socialista, embora tenha saído, enquanto temática específica das publicações na Revista Serviço Social & Sociedade na década 2000-2009.

O tema *pobreza/miséría/exclusão social* mereceu significativa atenção na década dos anos 1990, o que revelou a percepção e a preocupação com o empobrecimento crescente da população. Ademais, esse tema passou de 12 indicações nos anos 1990 para 21 indicações nos anos 2000, o que parece decorrência da centralidade atribuída ao tema pelo Governo Lula, a partir de 2003, e pela significativa expansão dos programas nacionais de transferência de renda a partir de 2001 que são focalizados nas famílias pobres e extremamente pobres.

É relevante registrar o crescimento da atenção atribuída a questões de *gênero*, especificamente da mulher, nas três décadas, o que revela a participação crescente da mulher no mercado de trabalho e na vida política do país.

O tema *trabalho* vem de uma baixa indicação no período 1979-1989 (03 indicações) para um significativo crescimento nas duas décadas seguintes, com 26 e 33 indicações, o que evidencia o trato desse tema no contexto das grandes transformações econômicas e societárias que passaram a ter maior destaque no Brasil a partir dos anos 1990, com significativo interesse sobre as transformações no mundo do trabalho, com destaque a sua precarização, além do debate que se instalou no Serviço Social, considerando a profissão como um processo de trabalho, temática controvertida entre os profissionais.

A análise dos Quadros 1, 2, 3 e 4 permitiu, ainda, identificar um segundo aspecto fundamental na análise das temáticas abordadas na Revista Serviço Social & Sociedade representado pelos temas emergentes nas décadas 1990-1999 e 2000-2009, conforme indicado nos quadros 6 e 7, abaixo.

QUADRO 6. Temáticas emergentes nos anos 1990

Temas Emergentes	**F**
Trabalho/Transformação no mundo do trabalho	26
Temas identificados com as transformações do final do século: Revolução Informacional, nova ordem mundial, reestruturação produtiva, transformações societária, globalização, modernidade, pós-modernidade, sociedade pós-industrial, neoliberalismo e crise do socialismo real	20
Direito/Cidadania	12
Ética/Ética Profissional	10
Renda Mínima/Mínimos sociais	07
Descentralização	07
Terceiro Setor/ONGs	06

Conselhos populares de gestão	05

Fonte: *Revista Serviço Social & Sociedade*[11]

O tema *trabalho,* embora tenha recebido três indicações na década anterior (1079-1989), desponta como tema com maior destaque enquanto temática emergente no Serviço Social no decorrer da década dos anos 1990. A preocupação expressa no trato desse tema é o debate sobre as grandes mutações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, com rebatimentos no processo, na natureza e nos tipos de trabalho, no tempo de trabalho necessário para a produção, no assalariamento, nas condições de trabalho, sendo o tema diretamente relacionado com o desemprego estrutural, com a precarização, instabilidade, baixos salários, pobreza, exclusão social e redução dos direitos sociais conquistados. Nas reflexões sobre trabalho, essa categoria é, por vezes, remetida ao marxismo, sendo que, a partir da fundamentação marxista, vem também emergindo, no âmbito profissional, o debate sobre processo de trabalho no Serviço Social. Aqui, o ponto de partida é o significado sócio-histórico da profissão e de suas relações e dinâmica na esfera da reprodução social, nos processos sócio-institucionais concretos onde é desenvolvida a prática profissional do assistente social. O processo de trabalho do Serviço Social é situado no setor de serviços, sendo identificados, na dinâmica do capitalismo, seus elementos fundantes. Nesse sentido, a profissão se assenta em uma força de trabalho assalariada e contratada no mercado. Os meios de produção que detém é o saber profissional que gera um produto, expresso por impactos na vida da população usuária do Serviço Social, nem sempre mensurável e visível. O desafio é considerar as mudanças na sociedade, particularmente as que vêm ocorrendo nas relações e nos processos de trabalho, com novas determinações na organização e dinâmica do agir profissional (ALMEIDA, 1996).

Os temas que expressam as grandes transformações operantes no capitalismo mundial são remetidos ao contexto do final do século. Decorrem da Revolução Informacional, instituinte de uma nova ordem mundial, cujas transformações societárias de mais destaque são a reestruturação industrial, o fenômeno da globalização, as mudanças no mundo do trabalho e na natureza do Estado. Essa nova realidade produz profundas transformações na base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, principal-

[11] A análise que apresento sobre o quando 6 acima é reproduzido de SILVA (1999), artigo já citado que apresenta uma análise sobre a contribuição da Revista Serviço Social & Sociedade no período 1979 a 1999 para o Serviço Social no Brasil.

mente pelas alterações nas orientações e funcionalidade das políticas sociais e na instituição de um terceiro setor que passa a se situar enquanto espaço privado, mas com funções públicas (MONTANO, 1997). Essa passagem para uma sociedade pós-industrial não tem servido para reduzir e, muito menos, para eliminar as diferenças entre as regiões mundiais no que se refere à produção econômica e cultural, ampliando o contingente de excluídos, principalmente nos países de economia dependente (MENEZES, 1996).

No nível ideológico, as grandes transformações apontadas são sustentadas pela ideologia neoliberal, referenciada em grande parte pelos artigos que tratam da conjuntura dos anos 1990, sendo principalmente destacada sua contribuição ao individualismo, à ressurgência da hegemonia do mercado e à ideia de estreitamento do Estado com a proposição do Estado Mínimo. Na outra ponta do debate ideológico deste final de século, é destacada a temática da pós-modernidade, cujo principal alvo é o socialismo e o marxismo, constituindo-se em uma reação conservadora anti-racionalista no confronto do capitalismo e socialismo (NETTO, 1996). Funda-se na crise da racionalidade enquanto negação da razão como emancipação/autonomia, representando o esgotamento do projeto da modernidade e a proposição de um patamar superior que privilegie a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras, com destaque ao pluralismo e intensa crítica aos discursos universais e totalizantes (FILGUEIRAS, 1997). Para Lopes (1993), o tema da pós-modemidade, mais que um modismo intelectual, expressa um debate conservador e antirracionalista que vem avançando, mundialmente, desde a década de 1970. Trata-se, segundo a autora, de um debate fincado no embate contemporâneo sobre o liberalismo, neoliberalismo, neonazismo e socialismo marxista, tendo como alvo principal o socialismo e o marxismo, A pretensão é a "evaporação" das grandes narrativas da era da modernidade, entre estas, o confronto capitalismo e socialismo. Nega a luta de classes e as próprias classes que estão na base dos conflitos e contradições do capitalismo e decreta a falência definitiva do socialismo, desconhecendo ou desqualificando um movimento que continua vivo, ainda que temporariamente derrotado ou em refluxo.

A partir do ideário da pós-modemidade, é também apontada a sociedade pós-industrial do final do século XX, tendo como teses de sustentação a substituição da produção material pela informação, do *savoir-faire* pela ciência e dos operários pelos engenheiros. Essas teses são invalidadas por análises marxistas sobre a Revolução Informacional que, superando essa visão simplificadora da realidade, constatam que não vem ocorrendo substituição de uma classe operária por uma classe de trabalhadores da informação, mas a constituição de uma "classe operária" mais ampla devido à absorção de novas camadas assalariadas do setor de serviços, cuja definição não se dá mais pela referência ao trabalho produtivo da mais-valia, instituindo-se, assim, novas relações entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo em face de novas relações estabelecidas entre a produção material e o tratamento da informação. Portanto, não se trata de uma simples substituição do material pelo imaterial (a inteligência). Nesse sentido, o assalariado é ao mesmo tempo produtivo e improdutivo, o que invalida a teoria de separação dos três setores (primário, secundário, terciário). O que vem ocorrendo é uma proletarização diferenciada do assalariado capitalista, cuja aproximação é dada mais pelo desemprego, instabilidade e nível de salário entre operários e executivos, provocando uma "crise de identidade" das categorias sociais, com o estabelecimento de nova relação de classe com tendência a ultrapassar o corporativismo rumo a um movimento social majoritário de todos os assalariados (LOJKINE, 1994), da "classe-dos-que-vivem-do-trabalho" (ANTUNES, 1995).

O destaque que a produção do Serviço Social atribuiu às grandes transformações do final de século XX evidencia a busca de compreender e desvelar o contexto de atuação do Serviço Social, o que deve permitir aprofundamento do rebatimento dessas questões sobre a realidade atual da profissão, problematizada em NETTO. 1996.

Um tema emergente na década de 1990 que mereceu relevante atenção nas publicações da Revista Serviço Social & Sociedade foi *direito e cidadania.* Nos artigos publicados, esse tema é muitas vezes associado a temáticas como democracia e ampliação do espaço público, a partir da revalorização da democracia e dos direitos humanos após as ditaduras militares na América Latina (ADRIANZEN, 1992). Coloca-se a necessidade de fortalecimento da consciência política, tendo em vista o compromisso da formação profissional que considere como horizonte mais amplo a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia, sendo um dos grandes desafios para o Serviço Social robustecer uma dinâmica de pertencimento social (MARTINELLI; BAPTISTA, 1996, p. 48). A expansão democrática é percebida como ação política de atores coletivos em tomo de uma esfera de ação e representação de interesses plurais, entendendo espaço público como espaço de cidadania, expandido pela interação permanente de conflitos e trocas entre diversos atores sociais, gerando uma nova cultura política que relaciona a política aos interesses cotidianos (CASTRO, 1999).

Em termos conjunturais, o tema *direito e cidadania* se relaciona ao movimento popular pró-constituinte, vitorioso com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas essa vinculação também pode ser estabelecida com a conjuntura de desmonte dos direitos sociais conquistados que marcou os anos 1990, com a política de minimização do Estado brasileiro em relação às políticas sociais, o que demandou reação da sociedade no sentido de pressionar pela manutenção das organizações de segmentos da sociedade no sentido da garantia dos direitos de cidadania já conquistados. Nesse sentido, é dever da profissão abrir caminho para manter a legitimidade da prestação de serviços assistenciais à população, concebidos por Campos (1998) como direitos sociais, o que significa que essa temática faz da luta para manter as políticas sociais e a política de assistência social no patamar de uma política pública de seguridade social.

O tema *ética/ética profissional* emerge na década de 1990, associado à temática da política, procurando ampliar a concepção de ética para além do Código de Ética, entendendo-a como expressão particular da Ética geral, com embasamento na filosofia e na política. Coloca-se, portanto, a necessidade de reconciliação dos campos da ética com a política, em uma reflexão mais ampla que justifique o Código de Ética expressar um projeto profissional coerente com os avanços históricos do Serviço Social, em articulação com a dinâmica da sociedade brasileira e os avanços da luta democrática (BARROCO, 1993). Nesse sentido, o Projeto Etico-Político-Profissional coloca a formação profissional como determinação objetiva da ética profissional, demandando uma base crítica do universo teórico positivista, balizado por uma filosofia humano-cristã, bem como uma avaliação dos referenciais marxistas que se contrapõem ao discurso da ética, mas aceitam a reflexão sobre os valores fundados na tradição democrática, superando o dualismo ética/política pela articulação entre justiça e democracia e reafirmando o caráter político da prática profissional, articulada à ética (LIMA, 1994). A proposição é de uma correlação entre teoria (conhecimento) e ideologia, métodos e técnicas, expressando-se, a prática profissional, no ensino e na pesquisa, por meio de atitudes e formas de conduta. Isto é, considerar a ética profissional como norteadora da prática profissional comprometida com os princípios e

objetivos da profissão, perpassando a formação e o agir profissional (CORREIA, 1992).

O tema *renda mínima* expressa o avanço que essa política pública vem tendo no contexto do sistema brasileiro de proteção social a partir das experiências em desenvolvimento, desde 1995, inicialmente na cidade de Campinas (SP) e, posteriormente, em Brasília (DF) e Ribeirão Preto (SP), ampliando-se a partir de 1996 para criação de programas de abrangência nacional, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Benefício de Prestação Continuada

A temática de *mínimos sociais* também se relaciona à política de renda mínima, mas tem sua vinculação maior com a política de assistência social por ser um conceito integrado à LOAS, enquanto forma afirmativa de ação universal das políticas públicas e sociais (LOPES, 1998). Segundo Sposati (1997), apresentando dupla interpretação. Uma restrita, minimalista, que se funda na pobreza e no limiar da sobrevivência, outra ampla e cidadã que se refere a um padrão básico de inclusão social, entendido como referência que vai além de mero ajuste às condições dadas, visando a construir outra referência na institucionalização da cidadania. Outras visões problematizam a impossibilidade de provisão de mínimos sociais, conforme previsto na LOAS, na medida em que, no capitalismo, é impraticável subordinar o mercado à cidadania, podendo a expectativa exagerada em tomo da assistência ser um indicador da debilidade da cidadania (DEMO, 1997). Nessa argumentação, o autor entende que apenas o emprego, mesmo com base na exploração da força de trabalho, sempre significou algum horizonte de inclusão.

O tema *descentralização,* também emergente na década de 1990, vem merecendo diferentes interpretações, sendo relacionado com temas como democracia, autonomia e participação. É contraposto à ideia de centralização e não contém qualidades exclusivamente positivas, nem é nocivo em si. Não é de direita nem de esquerda. Quando as instituições são representativas, com possibilidades de participação, a descentralização pode favorecer maior articulação com a sociedade civil. Caso contrário, pode se transformar em mecanismo de transferência dos serviços de responsabilidade do Estado para a sociedade (STEIN, 1997). Coloca-se, em face do esgotamento dos modelos centralizados, sendo largamente assumida como processo de democratização do Estado, apresentando, no plano político, a potencialidade de ampliação de direitos, autonomia da gestão municipal, ampliação das possibilidades de participação, além da potencialização na distribuição mais eficiente dos escassos recursos públicos. Todavia, a descentralização apresenta alcances e limites, sendo as críticas mais presentes o incrementalismo, custos excessivos e o fato de ser condição necessária, mas não suficiente para a democratização (JACOBI, 1993). Trata-se de um processo com avanços e recuos, apresentando possibilidade de maior aproximação do Estado com as coletividades locais e de maior participação dos cidadãos na gestão dos serviços públicos, menor burocracia, maior rapidez e maior rentabilidade. Por outro lado, a descentralização não é uma panaceia para resolver os problemas e vícios do poder local (JOVCHELOVITCH, 1998). Ao favorecer a soberania popular, pelo controle social também cria variação inaceitável de padrões de atendimento nos municípios sem a contrapartida do poder central (CAMPOS, 1998).

A temática do *terceiro setor/ONGs* emerge entre as publicações da Revista Serviço Social & Sociedade*,* caracterizada sob uma perspectiva otimista, mas também considerada nas suas limitações. Trata-se de uma realidade que, nos anos 1990, aparece como ator com voz própria, articulando-se, horizontalmente, com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática, tendo como motivação

fortalecer os sujeitos sociais emergentes, desenvolvendo práticas que se fundamentam em valores como: liberdade, igualdade, participação e solidariedade, sendo seu traço característico a autonomia (PONTES; BAVA, 1996). Relaciona-se com democracia, cidadania e ampliação de espaço público (SENNA FILHO, 1994), pautando-se pela lógica da solidariedade e cruzando-se pela lógica do direito, para constituir um Estado paralelo que garanta aos discriminados e excluídos bens e serviços que de outra forma não obteriam, mas marcada por uma expansão heterogênea e multifacetada, apresentando tecido eclético e pluralista (CARVALHO, 1994). As ONGs apresentam-se como instituições sem fins lucrativos, com ênfase na participação voluntária, cujo âmbito não-governamental situa-se entre o público e o privado (RICO, 1998). Apresentado como novidade, o terceiro setor coloca-se entre um setor público-estatal e um privado-lucrativo empresarial, constituindo um setor privado em sua gestão, mas público em sua vocação, emergindo como uma alternativa ao "fracasso" do Estado e do mercado. Tem como protagonista a sociedade civil concebida em termos da socialização da política — em um terreno de luta pela hegemonia, enquanto espaço de solidariedade baseada em estabelecimento de convênios, convertendo a luta em aceitação natural da hegemonia dominante (SARACHU, 1999). Em uma perspectiva mais crítica, há quem considere a expansão do terceiro setor na esteira da minimização do Estado, enquanto espaço de transferência de suas responsabilidades para a sociedade, originando um campo de trabalho precário e instável, inclusive para os assistentes sociais (MONTANO, 1999).

Entre os temas emergentes na década de 1990, tem-se, por último, os *conselhos populares de gestão,* vistos como possibilidade de construção da esfera pública no âmbito da assistência social. Não são vistos como uma prática nova, tendo como experiências similares os conselhos de fábrica das décadas de 1970 e 1980. São seus elementos constitutivos: visibilidade, controle social, democratização e cultura política. O reconhecimento dos conselhos populares de gestão como mecanismos de controle social não significa ignorar suas ambiguidades, contradições e controvérsias. Nesse sentido, são destacados como significado político e consequências de sua institucionalização, a multiplicação e pulverização, fragmentação das demandas sociais e de estratégias articuladoras de propostas e ações dos vários conselhos. Assim, precisam ser acompanhados e avaliados, sendo o maior desafio a qualificação dos conselheiros (RAICHELIS, 1998).

QUADRO 07. Temáticas Emergentes na primeira década do século XXI

Temas Emergentes	F
Questões afetas ao Poder Judiciário	16
Cidade/questão urbana	14
Violência	11
Público/privado	10
Questão social	05
Previdência Social	03

Fonte: Revista Serviço Social & Sociedade

O quadro 07, acima, revela que, na primeira década do século XXI, cinco temas foram registrados como emergentes nas publicações da Revista Serviço Social & Sociedade.

Como já mencionado anteriormente, considero temas emergentes aqueles que se colocaram explicitamente nas abordagens dos autores, com destaque, inclusive no título da produção. Ou seja, não significa não terem sido tratados tangencialmente no contexto de produções publicadas na Revista nos períodos anteriores.

O primeiro destaque é de temáticas afetas ao *Poder Judiciário*, entre estas, prisões, sistema penitenciário, impunidade, imputabilidade, criminalidade e penas privativas de liberdade. A introdução do tema aponta o *Poder Judiciário* como campo de prática em expansão para os assistentes sociais, demonstrando o interesse dos profissionais em conhecer melhor esse campo de trabalho e formularem mecanismos e instrumentais técnicos adequados ao desenvolvimento de atribuições que são afetas ao assistente social num campo essencialmente multiprofissional. Sabe-se também que essa temática é essencialmente relacionada com o tema da *violência* e da *cidade*, o que também situa esses dois temas como emergentes no Serviço Social na década considerada. Esse aspecto demonstra a sensibilidade que os assistentes sociais, no campo da produção do conhecimento e da prática profissional, têm demonstrado em relação às questões que são colocadas pela sociedade organizada e são, necessariamente, incluídas na agenda pública, exigindo atenção do Estado.

A violência é outro tema emergente na primeira década do século XXI. Violência em vários campos: violência contra criança, adolescente, idoso e a mulher, enquanto sujeitos mais atingidos. Violência contra todos, em casa, na rua, no trabalho, nas empresas e em instituições públicas, fazendo de cada um, e de todos, vítimas em potencial. Essas situações são enfrentadas pelos assistentes sociais no cotidiano de sua prática e no espaço acadêmico que ocupam, fazendo destas questões objeto de intervenção profissional e de produção de conhecimento.

A *cidade e a questão urbana* são lócus e expressões da violência a da deterioração das condições de vida dos trabalhadores, o que as transforma em espaço da prática profissional dos assistentes sociais e em objeto de estudos e pesquisas. Relacionado com a cidade e o urbano, tem-se a temática *público e privado* que também é indicada pelos autores dos artigos no seu processo de transformação e de diluição de fronteiras, sendo a ampliação do público visto como decorrência da democracia e da ação dos movimentos sociais que, nesse âmbito, se transformam em sujeitos políticos que desenvolvem lutas sociais e demandas por participação e influência nas questões da atualidade.

O tema do *público* e do *privado* também vem penetrando nas discussões no campo da política e da ética, evidenciando o atraso da cultura brasileira que confunde e se apropria do público, que é de todos, de modo privado, em detrimento dos interesses da sociedade.

Questão Social é um tema histórico e central para o Serviço Social, percebida como produto da exploração do capital sobre o trabalho, mas também como decorrente da luta social, que transforma os problemas vivenciados pela classe subalternizada da sociedade em questão social merecedora da atenção do Estado e foco que exige as políticas públicas enquanto resposta. Assume centralidade no Serviço Social, principalmente no âmbito do projeto de formação profissional que sustenta o Projeto Profissional de Ruptura/Projeto Ético-Político-Profissional, hegemônico no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1980.

Finalmente, o destaque da *Previdência Social* enquanto tema emergente na primeira década do século XX expressa a centralidade deste tema na sociedade brasileira, principalmente com as reformas que ocorreram na Previdência Social no Brasil, utilizadas enquanto estratégia do Estado para subtrair direitos sociais já conquistados.

A apresentação e problematização dos temas abordados em três décadas no âmbito da Revista Serviço Social & Sociedade apontam para a temática articuladora

da profissão, nas suas três dimensões que formam a totalidade do Serviço Social: dimensão acadêmica; dimensão organizativa e dimensão de intervenção na realidade social – a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo[12].

3 CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE PARA A RUPTURA DO SERVIÇO SOCIAL COM O CONSERVADORISMO

A partir de meados dos anos 1970, o Serviço Social vem construindo a formulação, a consolidação, o aprofundamento, a atualização e o permanente redimensionamento da vertente de ruptura com o conservadorismo da profissão, procurando dar conta do movimento de renovação e das demandas postas nas diferentes conjunturas vivenciadas no Brasil pela profissão. Nesse processo, destaca-se o **Projeto Profissional de Ruptura** que manteve essa denominação até os anos 1980, renominado nos anos 1990 para **Projeto Ético-Político-Profissional,** que orienta o desenvolvimento da formação profissional em nível de graduação e de pós-graduação; a produção do conhecimento sobre questões específicas do Serviço Social, sobre as políticas sociais e as questões sociais postas na realidade social e a organização da categoria profissional em articulação com as organizações dos trabalhadores brasileiros.

Neste item, apresento a contribuição da Revista Serviço Social & Sociedade para o desenvolvimento deste tema central para o Serviço Social.

Para resgate dessa contribuição, estou considerando a década de 1979-1989 como o período de construção e desenvolvimento do **Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social** e a década de 1990, pelas profundas transformações econômicas ocorridas internacionalmente e seu rebatimento no trabalho e na sociedade brasileira, apresentando novos condicionamentos e novas demandas para o Serviço Social, com consequentes rebatimentos no Projeto Profissional em consideração que passa a ser mais frequentemente denominado de **Projeto Ético-Político-Profissional**.

3.1 O Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social: contextualização, concepção e fundamentos teórico-metodológicos[13]

A década de 1979-1989, de profunda dinâmica política na sociedade brasileira, marcada por novos sujeitos entrando na cena das lutas sociais: os novos movimentos sociais; o novo sindicalismo; a nova estrutura partidária, e pela queda da ditadura militar iniciada em 1964, institui um contexto de democratização que contou com o protagonismo dos assistentes sociais em articulação com os movimentos organizados

[12] Não tenho a ingenuidade de achar que o conservadorismo tenha sido totalmente superado no Servico Social brasileiro. Essa é uma busca, uma utopia largamente presente no nosso discurso e na nossa prática, mas sabemos que não estamos imunes da influência da ideologia dominante na nossa sociedade, contribuindo, em muitos momentos, para sua manutenção e reprodução, pelos nossos avanços e recuos. Também não tenho a ingenuidade de achar que monoliticamente somos orientados por um único projeto profissional, mas é este o projeto profissional que defendo e que é hegemônico na produção da Revista Serviço Social & Sociedade, objeto empírico do presente estudo.

[13] O conteúdo deste item é reproduzido de SILVA (1999), artigo já citado que apresenta uma análise sobre a contribuição da Revista Serviço Social & Sociedade no período 1979 a 1999 para o Serviço Social no Brasil, com algumas adaptações e atualizações.

dos trabalhadores. Essa foi a conjuntura de consolidação de alternativas de prática profissional na perspectiva de ruptura do Serviço Social com sua base conservadora, possibilitada pela desmistificação da dimensão política da profissão, que fundamentou a construção de um vínculo orgânico de segmentos dos profissionais com os interesses dos usuários do Serviço Social, representada pelas classes subalternizadas, tendo como referência a perspectiva um projeto societário de transformação da sociedade. Essa foi uma década de profundo dinamismo na economia e na política brasileira e, consequentemente, no Serviço Social enquanto profissão, exigindo redimensionamento da profissão em face das novas demandas das classes dominantes, do Estado e dos setores populares. Trata-se de uma década imersa, em parte, na ditadura militar e na transição democrática, representada por dois momentos conjunturais.

O primeiro situa-se no governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), marcado, no campo político, pela rearticulação da classe trabalhadora no cenário político nacional, protagonista de um novo sindicalismo, e pela eclosão dos novos movimentos sociais populares. No campo da economia, destaca-se a profunda crise expressa pelas elevadas taxas de inflação e a recessão de 1980-1983, quando o país ostentou a maior dívida externa do mundo. Sob a égide do FMI, a política econômica do período é concentradora de renda e de arrocho salarial.

A política social é orientada por um discurso de distribuição de riqueza em favor dos mais pobres, sendo os serviços sociais considerados, pelo discurso oficial, campo de investimento, e a questão social transformada em problema de administração, com esvaziamento do conteúdo político dos programas sociais. Nesse sentido, a política social é transformada num conjunto fragmentado de medidas para atenuar a política de arrocho salarial e a histórica concentração de renda (SILVA, 1994), sem que tenha operado alteração desse quadro.

Em relação às demandas postas ao Serviço Social nessa conjuntura, o Estado, de um lado, demanda um profissional moderno e competente para responder às exigências da tecnoburocracia e obter apoio da sociedade aos programas governamentais. De outro lado, setores desorganizados da sociedade demandam o atendimento de suas necessidades imediatas de sobrevivência, e os setores populares organizados, no contexto do movimento por ampliação dos direitos sociais, demandam a ampliação dos serviços sociais e apoio à sua organização. Nesse contexto de efervescência, os assistentes sociais são estimulados no avanço de sua organização profissional, em articulação com o movimento social popular e com o novo sindicalismo, iniciando-se um movimento de estruturação de um novo projeto de formação profissional com rebatimentos na prática profissional. Dá-se, também, o desenvolvimento no campo acadêmico, destacando o avanço da construção do conhecimento em consequência do crescimento da pós-graduação em Serviço Social. Nesse campo, a Revista Serviço Social & Sociedade publica inúmeros artigos que expressam e contribuem para o movimento de construção de alternativas de práticas profissionais, redimensionando as três dimensões constitutivas da profissão: dimensão acadêmica, constituída por um novo projeto de formação profissional e pelo avanço no campo da produção do conhecimento; dimensão político-organizativa dos profissionais, em articulação com a organização dos trabalhadores, e dimensão interventiva no âmbito das instituições de política social e dos movimentos sociais. Trata-se de avanços diferenciados, que convivem com discursos radicais e com práticas conservadoras (SILVA et al., 1994).

O segundo momento do período conjuntural considerado abrange o governo da "Nova República" de José Samey (1985-1989), que representou uma saída negociada

pelas elites para neutralizar o forte movimento de articulação da sociedade que marcou o fim da ditadura militar.

Na economia, o Brasil continuou mergulhado na maior crise que assolou os países do Terceiro Mundo, com forte controle externo, sendo marcado por índices inflacionários nunca vistos, só atenuados pela política de recomposição dos salários corroídos pela inflação e pela política de exportação que permitiu manter-se baixas as taxas de desemprego.

Na política, vive-se uma conjuntura marcada por um processo de redemocratização da sociedade, destacando-se o fim do entulho autoritário, a legalização de partidos e de entidades clandestinas, a constituição de novos partidos políticos, com regulamentação destes e ausência de lideranças nacionais, sendo o único desafio o Partido dos Trabalhadores — PT. Merece destaque o movimento popular pró-constituinte que conseguiu introduzir, na Constituição brasileira promulgada em 1988, a Seguridade Social e a garantia de novos direitos sociais.

A questão social é agudizada pelo avanço da miséria, incapacidade financeira do Estado para cumprir sua promessa de resgate da dívida social e fazer face às novas demandas e pela administração dos programas sociais, marcada pelo assistencialismo e clientelismo. Ademais, são estabelecidas novas relações do Estado com a sociedade civil, com controle da participação do movimento organizado, com a desculpa do participacionismo expresso por representação desigual de trabalhadores em instituições do Estado e pela transferência da administração de programas sociais para entidades da sociedade civil, cuja consequência foi a tentativa de esvaziamento dos movimentos sociais com o controle das organizações populares e retrocesso do avanço político da sociedade. O movimento sindical, por sua vez, concentrou sua luta na recomposição dos salários altamente corroídos pela inflação, o que significou um retrocesso político (SILVA et al., 1994).

Na conjuntura da "Nova República", as demandas postas ao Serviço Social foram contraditórias. Por parte do Estado, a demanda foi para o desenvolvimento de estudos de viabilidades de solicitações e administração de convênios; prestação de atendimentos individualizados e controle da participação popular via instituições e programas. A demanda por parte das empresas se ampliou por prestação de serviços aos seus funcionários, como forma de salário indireto. Por outro lado, o avanço da organização profissional colocou os assistentes sociais mais próximos do movimento sindical e do movimento popular, cuja demanda se expressa na busca de apoio ao seu processo organizativo e no sentido de situar os programas assistenciais na luta popular por ampliação de direitos sociais. Dá-se, nessa conjuntura, o avanço de novo projeto de formação profissional, e o Serviço Social procura se firmar como uma profissão capaz de articular a intervenção na sociedade com a tarefa de produção do conhecimento sobre a realidade social, enquanto continua avançando sua organização política em articulação com a organização dos trabalhadores, com aprofundamento do vínculo orgânico da profissão com a clientela (SILVA, 1994), base de constituição e desenvolvimento do **Projeto Profissional de Ruptura** do Serviço Social.

Na conjuntura da década de 1980, constituiu-se, desenvolveu-se e se tomou hegemônico um projeto profissional, exaustivamente contido na literatura do Serviço Social[14], o qual tem como pressuposto o entendimento de que o Serviço Social

[14] Veja, a propósito: Silva, Maria Ozanira da Silva , 2009.

enquanto profissão situa-se no âmbito das relações sociais e que, através de seus agentes profissionais, articula e redimensiona respostas profissionais a partir de demandas contraditórias postas nas particularidades das conjunturas socio-econômicas e políticas, fazendo emergir a construção de um projeto profissional que, mesmo apresentando tendências diversas, tem uma base comum: busca de rompimento com as bases teóricas conservadoras da profissão, representada pela sua função de mediação, voltada para harmonizar capital e trabalho, direcionando-se para a construção de compromisso explícito com sua clientela, essencialmente constituída pelos setores populares, organizados ou não, significando o estabelecimento de um "vínculo", "compromisso" com os interesses e necessidades das classes populares. Trata-se de um esforço presente no discurso e na prática dos assistentes sociais brasileiros, cujas raízes históricas começam a se explicitar no final da década de 1950 e início dos anos 1960, retomando com toda força na década de 1980. São esforços, às vezes frágeis e inconsistentes na sua estrutura teórico-metodológica e pouco orgânicos no seu conteúdo, expressando-se desigualmente nas três dimensões configurativas da profissão: acadêmica, organizativa e de intervenção na realidade. Inconcluso, não só pela dinâmica de sua historicidade, mas pelas debilidades ainda não superadas, mas profundamente inovador na sua base teórica e no desvelamento da dimensão política da profissão, oculta por uma falsa neutralidade (SILVA et al., 1994).

A construção do projeto profissional em consideração deve ser entendida no contexto do debate progressista na América Latina, representado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, cuja preocupação central foi a busca de uma nova qualidade da base teórica e recriação do exercício profissional, fundamentando-se no compromisso de classe, propondo romper com a base liberal e positivista e a visão de neutralidade que marcou a profissão. Embora possa ter cometido equívocos ao desenvolver traços voluntaristas e vanguardistas na construção de uma nova identidade para a profissão; embora possa ter secundarizado as implicações históricas que expressam tensões, coalizões e contradições que marcam a heterogeneidade do próprio campo popular, o contexto institucional e as relações de poder, o compromisso preconizado não deve ser apriorístico nem voluntarista, mas construído na prática profissional cotidiana, não se constituindo dogma e muito menos vocação (SILVA et al., 1994).

Analisando os artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, este é concebido por alguns autores como um processo, um movimento em constante reconstrução; outros o percebem como um "ponto morto", superado na história da profissão. Enquanto um processo vivo e contraditório no interior do Serviço Social, processo histórico e atual, busca construir, a partir da dinâmica conjuntural, alternativas profissionais em consonância com demandas contraditórias postas à profissão pelos setores dominantes, via Estado, e pelos setores populares, enquanto indivíduos carentes ou organizados, tendo como expressão coletiva os movimentos sociais (FALEIROS, 1979, 1981, 1987; BARBOSA, 1981). Enquanto um ponto na história do Serviço Social, o Movimento de Reconceituação se exauriu e faz parte do passado (NETTO, 1981[15]; SILVA, 1983.

[15] Em artigo publicado na Revista Serviço Social &, Sociedade n. 84, 2005, José Paulo Netto publicou brilhante artigo, sob o título “O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois”, onde destaca, já na Introdução do artigo, o Movimento de Reconceituação como um movimento ou processo que emergiu em 1965, abordando-o no contexto da América Latina e do Brasil.

Assumindo a Reconceituação do Serviço Social enquanto um processo histórico, inacabado, a preocupação central é com a construção de alternativas de prática profissional. Nessa preocupação, são identificadas três teses configurativas do posicionamento dos autores estudados sobre o Movimento de Reconceituação, que constituem eixos centrais na constituição do **Projeto Profissional de Ruptura** do Serviço Social:

- ✓ Desvelamento da dimensão político-ideológica da prática profissional, situando o Serviço Social como participante do processo de reprodução de interesses contraditórios na sociedade, implicando desmistificar a pretensa neutralidade da profissão (TOFIK, 1981; SILVA, 1983; YAZBEK et al., 1984; MOTA, 1987);
- ✓ Possibilidade do estabelecimento de um vínculo do profissional com as classes populares, como decorrência da própria dimensão política da profissão (ROSA; RAICHELES 1985; CARVALHO et al., 1984; YAZBEK et al., 1984);
- ✓ Perspectiva da transformação social como horizonte da prática, apontada de modo articulado com a possibilidade do estabelecimento do vínculo orgânico do profissional com as classes populares, opondo o **Projeto Profissional de Ruptura** ao Serviço Social "tradicional", de caráter reiterativo (JUNQUEIRA, 1980; FALEIROS, 1987).

A partir das teses centrais do Movimento de Reconceituação, os autores entendem que novas exigências teórico-metodológicas são postas à profissão:

Crítica aos postulados liberais de ação e aos princípios positivistas do conhecimento;

- ✓ Privilegiamento do método dialético e do marxismo como vertente teórica, mesmo sem as devidas fundamentações e sem muita clareza ou compreensão profunda do método e da matriz marxista (BAPTISTA, 1987; JUNQUEIRA, 1980; KAMEYAMA, 1981);
- ✓ Estudo das condições gerais do capitalismo e da formação socioeconômica brasileira, para compreensão da realidade histórico-estrutural, da dinâmica das classes e do contexto institucional onde o Serviço Social atua (YAZBEK et al., 1984);
- ✓ Necessidade de superação da dicotomia teoria-prática;
- ✓ Produção do conhecimento como campo de competência profissional.

Uma análise de artigos publicados no período 1979/1989 na Revista Serviço Social & Sociedade permitiu a identificação das categorias teóricas mais recorrentes consideradas de fundamentação teórico-conceitual para construção do Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social com sua vertente conservadora, destacando-se as seguintes categorias teóricas: classes sociais – classes populares; Estado e instituição e transformação social.

A mesma literatura permitiu a identificação da formulação de alianças; educação popular; investigação-ação e assistência social, enquanto eixos articuladores da proposta de intervenção profissional na realidade social, o que significa que esses eixos constituem o conteúdo metodológico do Projeto Profissional de Ruptura[16].

[16] Tanto as categorias teóricas quanto os eixos articuladores da intervenção profissional indicados são considerados e analisados em SILVA (2009).

3.2 O Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social: contextualização, fundamentos e desafios

Contextualização

No desenvolvimento do estudo documental sobre a contribuição da Revista Serviço Social & Sociedade para o debate e a construção do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social brasileiro, foram verificadas frequentes citações nos artigos levantados na Revista sobre a temática do texto **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social** de José Paulo Netto (2006)[17], podendo se afirmar, seguramente, que esta é a sistematização mais completa e mais consensual entre as aqui consideradas.

A emergência do Serviço Social está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos reguladores da vida social, sendo o protagonismo do Serviço Social crítico situado nas décadas de 1980/1990 e o Projeto Ético-Político-Profissional nos anos 1990, tensionado pelas mudanças em curso. Nesse contexto, a profissão enfrenta novos interlocutores nos espaços públicos, numa conjuntura marcada pela violência, pobreza e diferentes faces da exclusão social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 8).

Barroco (2004) identifica as bases históricas para o adensamento da oposição ao conservadorismo profissional na crise da ditadura militar no final dos anos 1970 e nos anos 1980, contexto de democracia política que favorece a participação cívica e política dos assistentes sociais. Os anos 1980 sinalizam a maturidade teórica e a capacidade crítica de interlocução do Serviço Social com outras áreas do conhecimento. Assim, o contexto favorável é representado pela democratização da vida política brasileira, a organização política da categoria e o avanço teórico, principalmente no campo marxista (BARROCO, 2004, p. 29). Todavia o adensamento do projeto no campo ético, segundo a autora, só ocorre nos anos 1990, quando é superada a concepção formal da ética, com sua subordinação à dimensão político-ideológica, sendo o Código de Ética de 1986 o marco inicial de ruptura com a Ética formal.

Netto (2005), ao tratar do Movimento de Reconceituação, menciona sua importância para a constituição da vertente crítica do Serviço Social. Destacando esse Movimento no seu aspecto mais amplo no contexto da América latina, o autor refere-se ao Serviço Social crítico que no Brasil originou o Projeto Ético-Político-Profissional.

O debate sobre o que vem sendo denominado Projeto-Ético-Político-Profissional data da segunda metade dos anos 1990 (NETTO, 2006). A história da ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, porém, se inicia na década de 1970 e prossegue nos anos 1980, com a denúncia e recusa do conservadorismo profissional, instituindo-se as bases e raízes de um novo projeto profissional. Trata-se de um contexto político de reorganização da sociedade civil pela derrubada da ditadura militar, instituída em 1964, contribuindo para a redemocratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a luta pela democracia cria a condição política para a construção de um novo projeto profissional, com ressonância no corpo profissional, direcionado ao rompimento com o monopólio do conservadorismo historicamente dominante no Serviço Social. Segundo o autor, esse projeto conquistou hegemonia na década de 1990, com o crescimento da participação dos profissionais em fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos profissionais.

É a partir do IX CBAS, de 1988, realizado em Goiânia de 20 a 24 de julho, com o tema "Trabalho e Projeto Ético-Político" que essa nova designação passou a nominar o esforço de

[17] O texto de Netto foi redigido em 1999 e originalmente publicado no Módulo I da Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABESS/CEAD/UnB, 1999) e, posteriormente, difundido na América Latina em BORGIANNI; GUERRA; MONTÃNO, org. São Paulo: Cortez, 2003.

ruptura do Serviço Social com sua tradição conservadora, destacando-se, a partir de então, na agenda do debate profissional do Serviço Social (REIS, 1998).

Por conseguinte, o contexto de construção de um projeto profissional, inicialmente denominado de Projeto Profissional de Ruptura[18], no âmbito de redemocratização da sociedade brasileira (1970/1980) e, a partir dos anos 1990, no contexto neoliberal, denominado de Projeto Ético-Político-Profissional, toma forma e se torna hegemônico no âmbito do Serviço Social brasileiro, sendo considerado no seu permanente processo de construção e redimensionamento nos diferentes momentos conjunturais (NETTO, 2006; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008; BARROCO, 2004; ABRAMIDES, 2007; IAMAMOTO, 2004**;** REIS, 1998; AZEVEDO; SARMENTO, 2007; GUERRA, 2007).

Fundamentos

Procurando construir uma concepção e indicar os fundamentos do Projeto Ético-Político-Profissional, Netto (2006) reflete, inicialmente, sobre os projetos societários, entendendo que toda ação humana, individual ou coletiva, é orientada por um projeto, que antecipa a finalidade que se busca alcançar. Trata-se de projetos societários, fundamentados em valores que os legitimam, implicando na escolha de meios para alcançá-los. Interessa ao autor um projeto coletivo, designado como projeto societário que apresenta uma imagem da sociedade a ser construída. Os projetos societários são macroscópicos, e, necessariamente, são projetos de classe (NETTO, 2006, p. 20), Os projetos societários apresentam uma dimensão política e envolvem relações de poder. São dinâmicos, transformam-se e se renovam, conforme as conjunturas e políticas. Nessa perspectiva, o autor se refere a projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas, os quais, segundo o autor, dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar o projeto das classes proprietárias e politicamente dominantes (NETTO, 2006, p. 3).

Os projetos profissionais inscrevem-se no marco dos projetos coletivos, expressando a "autoimagem de uma profissão". Fundamentam-se em valores que os legitimam socialmente; priorizam e delimitam objetivos e funções; formulam requisitos teóricos, práticos e institucionais, para o exercício da profissão. Prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das relações com os usuários de seus serviços, com outros profissionais e com as instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2006, p, 4), aspectos estes ressaltados por outros autores (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008; GUERRA, 2007; IAMAMOTO, 2004**;** REIS, 1998; SILVA, 2009).

Os projetos profissionais são construídos por sujeitos coletivos (o corpo profissional) no âmbito de sua organização. São estruturas dinâmicas que respondem a alterações no sistema de necessidades sociais, campo de atuação da profissão, nas transformações econômicas, históricas e culturais, no desenvolvimento teórico e prático da profissão (YABBEK; MARTINELLI; RAICHELIS 2008, p. 4). Por isso se renovam e se modificam. Apresentam dimensões políticas, constituindo um universo heterogêneo, com origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas, visto que o corpo profissional é "uma unidade não homogênea" e é um campo de tensões e de lutas (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS 2008, p. 5). Nesse sentido, coloca a questão do pluralismo enquanto "um elemento factual da vida social e da própria profissão" (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008 p. 6). Pluralismo que supõe hegemonia conquistada, não permitindo a existência de somente um projeto profissional no interior da profissão. A pluralidade é elemento factual da vida social e da profissão, mas o respeito ao pluralismo, não pode ser confundido com o ecletismo nem com o liberalismo, supõe luta (NETTO, 2006; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS 2008; GUERRA, 2007).

[18] Conforme abordado no item anterior.

São componentes articulados de um projeto profissional valores, saberes e escolhas teóricas, práticas ideológicas, políticas, éticas, normalização acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigações, interlocução crítica com movimentos da sociedade da qual a profissão é parte e expressão (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 23). As autoras sintetizam os elementos desse processo nos seguintes termos: busca da ruptura com o conservadorismo; avanço da produção de conhecimento; debate sobre a formação profissional; apreensão crítica dos processos históricos como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos; apreensão do significado social da profissão; apreensão das demandas consolidadas e emergentes; o exercício profissional orientado pela competência e atribuições; Lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993); o Código de Ética de 1993 (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008 p. 24/25).

Guerra (2007, p. 12) aponta os componentes técnicos, teórico-metodológicos, éticos e políticos do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social, destacando como fundamental a qualidade da prática profissional enquanto produto da qualificação profissional, entendendo que "os projetos profissionais críticos se constituem na mediação privilegiada do exercício profissional competente e comprometido", mediado por valores éticos, constituindo-se num guia para a ação. Percebe o espaço institucional como um rico sistema de mediações que deve ser compreendido além da imediaticidade do cotidiano, o que requer a sua crítica (GUERRA, 2007, p. 19).

São apontadas como condições que favoreceram o desenvolvimento do Projeto Ético-Político-Profissional o surgimento dos cursos de pós-graduação, a partir dos anos 1970; a ampliação e consolidação da produção do conhecimento, permitindo o desenvolvimento de uma considerável massa crítica; o debate sobre a formação profissional intensificada com a reforma curricular de 1982, com ampla discussão desenvolvida pela ABESS com rebatimento na qualificação da prática profissional; vinculação dos assistentes sociais ao movimento de ampliação da cidadania; o código de Ética de 1886, que teve a sua revisão concluída em 1993, passando a ética a se constituir num tema privilegiado na década de 1990 (BARROCO, 2004). Sant'ana (2000) destaca o processo formativo continuado e a importância das instâncias organizativas da categoria nesse processo.

Na constituição do Projeto Ético-Político-Profissional, são destacadas as seguintes dimensões: a produção do conhecimento no interior do Serviço Social; a dimensão político-organizativa da profissão; a dimensão jurídico-política da profissão, destacando o aparato jurídico-político de caráter estritamente profissional, representado pelo Código de Ética de 1993; Lei de Regulamentação da Profissão 8662/1993; Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 1996, além de um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente, representado pelo capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 (NETTO, 2006). Braz (2004) reafirma as elaborações de Netto (2006) e acrescenta a seguinte legislação: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990); Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) e Lei Orgânica da Saúde (LOS 1990). Esses aspectos são apontados também por outros autores (ABRAMIDES, 2007; SILVA, 2009; SAT'ANA, 2000; IAMAMOTO, 2004; REIS, 1998).

A base teórica do Projeto Ético-Político-Profissional é a teoria social crítica, especificamente a tradição marxista (NETTO, 2006.; BARROCO,2004; IAMAMOTO, 2004), sendo apontados como núcleo dos fundamentos a liberdade como valor central, concebida historicamente, como possibilidade de escolhas concretas. Vincula-se a um projeto societário que preconiza a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 2006., p. 15). Orienta-se pela defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio ao arbítrio. Contrapõe-se a preconceitos, contemplando o pluralismo na sociedade e no exercício profissional, (NETTO, 2006, p. 15 e 16). Em termos da dimensão política se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização de acesso a bens e serviços oferecidos pelas políticas e programas sociais; garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, sendo vinculado aos direitos sociais

(AZEVEDO; SARMENTO, 2007). É um projeto radicalmente democrático, considerando democracia como "socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006., p. 16). Em suma, os profissionais expressam "compromisso profissional com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados em contraposição à herança conservadora do passado" (IAMAMOTO, 2004, p. 9), visto que "as profissões são construções históricas que somente ganham significado e intelegibilidade se analisadas do interior do movimento das sociedades nas quais se inserem (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS 2008, p. 6).

Implica o compromisso com a competência, tendo por base o aperfeiçoamento profissional: formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capaz de compreender e intervir na realidade social. Em especial prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelas assistentes sociais, compromisso com a qualidade dos serviços, publicização dos recursos e universalização; articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham propostas similares e com os movimentos solidários às lutas dos trabalhadores, (AZEVEDO; SARMENTO, 2007, p. 16). Isso significa que "o projeto profissional crítico expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional" (IAMAMOTO, 2004, p. 39).

As discussões apresentadas por diversos autores apontam como centralidade do Projeto-Ético-Político-Profissional a Ética, o que é largamente enfatizado por Barroco (2004) que destaca o Código de Ética de 1993 enquanto produto histórico de conquistas democráticas e de afirmação de valores emancipatórios. Nesse processo, a ética formal é subordinada à política, expressando-se por valores, que imprimem a direção ideopolítica ao projeto profissional (BARROCO, 2004, p. 31). A autora considera ainda que o amadurecimento teórico-político da ética ocorre nos anos 1990, no contexto do neoliberalismo, com destaque ao Código de Ética de 1993 publicado em 1996, colocando a ética numa perspectiva histórica e crítica e assumindo, explicitamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora. Tal é a centralidade da Ética na construção do projeto crítico que o projeto profissional de ruptura passou a ser denominado de projeto ético-político**.**

A Seguridade Social também merece centralidade nas formulações sobre o Projeto Ético-Político-Profissional, sendo este aspecto destacado por Boschetti (2004). A autora, ao mesmo tempo em que destaca os limites da seguridade social no capitalismo, considera seus alcances e potencialidades. Defende um padrão de seguridade social que vá além da manutenção da desigualdade. Destaca a concepção de seguridade social defendida na Carta de Maceió, elaborada no XXIX Encontro Nacional do CEFESS/CRESS em 2000, denominada "Seguridade Social pública é possível". Nesse documento é feito um resgate da seguridade social pública, localizando o sentido e os limites da seguridade social no contexto de um país capitalista subordinado econômica e politicamente aos ditames do capitalismo mundial. Formula e propõe uma agenda político-profissional para atuação na área da seguridade social, como dever profissional e de cidadania e defende uma seguridade social inserida num projeto societário mais amplo, capaz de criar condições econômicas, sociais e políticas para construir a equidade, superando a lógica restrita do seguro; avançando para construção de direitos universais e favorecendo a equidade e a justiça social (BOSCHETTI, 2004, p. 120).

No âmbito da discussão sobre o Projeto Ético-Político-Profissional merece ainda destacar como requisito a base organizativa da profissão que é considerada por Ramos, 2006, ao tratar da contribuição das entidades profissionais na formulação e sustentação desse projeto. Destaca inicialmente a organização sindical no protagonismo da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), extinta em 1994, cuja maior contribuição foi propiciar a articulação da organização dos assistentes sociais com os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores.

No mesmo contexto, o autor situa a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), responsável pela coordenação do projeto de formação profissional, criada em 1946 e transformada em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) em 1998. Instituição responsável pela direção do projeto de formação profissional crítico, iniciado com o currículo de 1982, prosseguindo com as Diretrizes Curriculares de 1996. No desenvolvimento do projeto de formação profissional crítico, a ABESS realizou, de 1994 a 1996, 200 oficinas locais e 25 regionais para discutir a nova proposta curricular que foi aprovada na assembléia de 1996 no Rio de Janeiro. Nesses encaminhamentos, o autor destaca, nos anos 1990, os Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), fórum de debates e encaminhamentos políticos e de produção do conhecimento.

Ramos (2006) destaca também o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no processo político-organizativo dos assistentes sociais. Instituição redimensionada, a partir dos anos 1980, enquanto esfera de fiscalização da profissão, de um perfil conservador, burocrático e policialesco, quando passa a abrigar profissionais do movimento sindical, que encaminham um processo de democratização das relações internas e de articulação com outras instâncias organizativas. O autor destaca como contribuições mais relevantes do CFESS: mediação de sua intervenção na ética e nas políticas sociais, coordenando o processo de discussão e aprovação do Código de Ética de 1993; o debate ético nos anos 1990; co-participando das discussões e definições sobre políticas sociais na perspectiva dos direitos dos trabalhadores, com destaque à defesa da Previdência Social, contrapondo-se ao Comunidade Solidária e defendendo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e uma Seguridade Social Pública; participando do controle das políticas públicas ao integrar conselhos de direitos, fóruns e conferências, aspectos fundamentais para o avanço democrático.

Ramos (2006) destaca, ainda, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) pela sua participação ativa nos debates coletivos gestados no âmbito da profissão, principalmente sobre a formação profissional – Diretrizes Curriculares de 1996 e no Código de Ética de 1996; por aglutinar a juventude e pela presença em diferentes fóruns da categoria, tanto no âmbito da formação como do exercício profissional.

Desafios

A hegemonia de práticas político-econômicas inspiradas no neoliberalismo nos anos 1990 vem contribuindo para o recuo do movimento democrático e popular brasileiro, aprofundado nos anos 1980, ao qual se vinculou o movimento do Serviço Social na construção de seu projeto profissional crítico. Ou seja, trata-se de uma conjuntura não só desfavorável, mas antagônica ao desenvolvimento do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social em curso. Vive-se uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social, que, do ponto de vista neoliberal, é considerado “atraso” por “andar na contramão-mão da história (NETTO, 2004; GUERRA, 2007; BARROCO, 2004; SANT’ANA, 2000). “Ao mesmo tempo, essa sociedade apresenta um terreno minado de resistência e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena política” (IAMAMOTO, 2004, p. 6). Portanto, “o desafio maior para a efetivação desse projeto na atualidade é torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2004, p. 39), ou seja, a questão de fundo é a autonomia (ABRAMIDES, 2007).

Braz (2004), no artigo o governo Lula e o Projeto ético-político, procura verificar como esse governo impacta o desenvolvimento de um projeto profissional crítico e indica possíveis estratégias de enfrentamento para assegurar a continuidade do processo de consolidação e afirmação do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social. Reconhece notórias dificuldades para o exercício profissional qualificado e orientado por fundamentos éticos consagrados no projeto, destacando a redução, degradação dos serviços públicos; aviltamento das condições de trabalho e regressão de direitos. Na sua análise identifica algumas tendências na conjuntura considerada: possibilidade de fortalecimento de projetos conservadores; revisionismo teórico-político; fortalecimento das bases conservadoras do

Serviço Social (BRAZ, 2004, p. 64)I, admitindo que outra tendência depende do grau de organização da sociedade e dos profissionais, de modo a garantir o debate democrático com respeito à pluralidade, reafirmando a necessidade de socialização dos princípios do projeto profissional; a apreensão das situações concretas do cotidiano profissional e o constante aprimoramento intelectual, político e ético dos profissionais (BRAZ, 2004,p. 65).

Sant'ana (2000), ao tratar do desafio da implantação do Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social, situado no âmbito das relações de classe, destaca as metamorfoses do capital e as transformações no mundo do trabalho. Entende que o modo como cada país assume o ideário neoliberal varia de acordo com o nível de organização dos trabalhadores, a inserção do país no mundo globalizado, a história e a tradição de cada sociedade nas suas respostas às questões sociais e o regime político vigente. Entende que, no Brasil, o neoliberalismo garante um Estado protetor voltado para os interesses dos grupos econômicos e é omisso nas respostas às questões sociais postas pela ordem social vigente com consequências graves sobre os mecanismos de seguridade conquistados pela classe trabalhadora, conquistas estas ameaçadas. Nesse contexto, fundamentado numa pesquisa empírica, refere-se ao descompasso do projeto profissional, constituindo-se num desafio para uma minoria que dá a direção estratégica para a profissão. Identifica ainda uma posição de subordinação do Serviço Social na hierarquia institucional. Coloca a exigência de uma postura crítica frente ao modo de assumir o Projeto Ético-Político-Profissional, o que supõe contrapor-se coletivamente ao projeto societário vigente. Nessa direção, aponta os seguintes desafios para que o Serviço Social possa garantir a efetivação de seu projeto: alinhamento teórico e político com os fundamentos do projeto; necessidade de preparo e comprometimento; qualidade de atendimento aos usuários, rompendo com a posição de subalternidade do Serviço Social na hierarquia institucional e com a frouxa determinação de defesa dos usuários. Em suma, que "alcance a consciência humano-genérica necessária ao exercício da crítica da profissão" e desenvolva luta pelos direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário; desenvolvendo um perfil crítico e questionador, sendo capaz de apreender a realidade mediante um referencial teórico-metodológico numa perspectiva de totalidade (SANT'ANA, 2000, p. 90). Na mesma direção, Yazbek; Martinelli; Raicheles, (2008, p. 28/30) destacam os seguintes desafios no contexto atual: necessária reafirmação do Projeto Ético-Político-Profissional; formação profissional e processo de qualificação permanente, procurando superar a mercantilização e a precarização do ensino, o ensino à distância e o exame de proficiência; luta pela ampliação dos postos de trabalho com condições e regulamentação dos vínculos contratuais; importância do trabalho com famílias e busca de inserção da profissão nos processos de construção de uma sociedade democrática e participativa.

Enfim, no dizer de Netto (2004, p. 24), "Só nos resta, enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político e preservar a autonomia de nossas organizações ..."

4 CONCLUSÃO

Nesta conclusão pretendo realçar dois aspectos fundamentais apontados no estudo desenvolvido sobre os trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade: considerar as temáticas abordadas no período e as contribuições da Revista para a construção do Serviço Social no Brasil.

Sobre as temáticas, é significativa a prevalência de abordagens de temas específicos do campo do Serviço Social, tais como: o Serviço Social enquanto profissão, prática profissional, formação profissional; estágio, ensino, currículo, organização profissional, teoria, metodologia, pesquisa, ética profissional, reconceituação, processo de trabalho, projeto profissional, entre outros. Ademais, os outros temas abordados, via de regra, situam-se no âmbito de interesse direto do Serviço Social por abordar as políticas sociais nos seus diferentes campos, com destaque à Política de Assistência Social; à Política de Saúde e à Previdência Social, ou seja,

as políticas que compõem a Seguridade Social no Brasil. Temas relacionados com os usuários do Serviço Social, com grande destaque para crianças e adolescentes e, mais recentemente, os idosos; temas que configuram sujeitos sociais, como os movimentos sociais; campos da prática profissional; o movimento estrutural e conjuntural da sociedade brasileira, com destaque ao Estado, globalização e neoliberalismo e, mais recentemente, a reforma do Estado; temas emergentes como o trabalho, a violência e temas como pobreza, todos de grande significado para o Serviço Social, tanto no que se refere à intervenção profissional na realidade social como para a produção do conhecimento e para a formação e a organização profissional, compondo o conjunto das temáticas abordadas na Revista Serviço Social & Sociedade, nos últimos trinta anos.

Ademais, as publicações da Revista Serviço Social & Sociedade vêm dando atenção às temáticas contemporâneas configurativas das grandes transformações societárias, no campo da economia, do trabalho, da cultura e da ideologia, colocando a exigência de repensar e reconstruir o Projeto Profissional de Ruptura/Projeto Ético-Político-Profissional, reafirmando sua base teórica, centrada na tradição marxista, o que não nega o diálogo com outras matrizes teóricas; o compromisso com os interesses, as necessidades e as demandas da "classe dos que vivem do trabalho" e a articulação com o projeto societário que orienta o agir profissional na perspectiva da transformação social.

Portanto, o estudo permitiu identificar uma forte articulação entre a dinâmica histórica da sociedade brasileira, o Serviço Social enquanto profissão e os conteúdos publicados nas últimas três décadas pela Revista Serviço Social & Sociedade. Isso qualifica a Revista como um veículo fundamental para a construção do Serviço Social brasileiro. Institui um espaço de debate das temáticas mais relevantes nas diferentes conjunturas, e, ao mesmo tempo, propicia espaço plural para circulação do pensamento da categoria profissional, pelo elevado número de matérias publicadas e pelo grande número de autores que tiveram oportunidade de expressar seu pensamento. Evidencia sintonia dos temas abordados com as questões contemporâneas enfrentadas pela profissão no Brasil.

No campo das contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade para a construção do Serviço Social brasileiro, destaco:

- ✓ A partir do primeiro número, publicado em setembro de 1979, a Revista Serviço Social & Sociedade vem contribuindo para a laicização e difusão da produção científica do Serviço Social, num processo de articulação entre os caminhos da Revista e o Serviço Social e, deste, com os diferentes momentos conjunturais vivenciados pelos assistentes sociais na sociedade brasileira;
- ✓ Apresenta grande contribuição para a divulgação e reconstrução da teoria de referência; para a formação profissional em nível de graduação, pós-graduação e formação continuada; para a instrumentalização metodológica dos profissionais; para inserção nos espaços profissionais, quer nas instituições e nos movimentos sociais;
- ✓ Oferece grande contribuição para a assistência social transformar-se em Política Pública, divulgando idéias e oferecendo suporte para o forte movimento dos assistentes sociais nesse âmbito;
- ✓ Vem antecipando tendências e sendo sensível a temáticas emergentes e polarizadoras;
- ✓ Contribui para a compreensão do movimento estrutural e conjuntural da sociedade brasileira, ao oferecer suporte para inserção consciente e crítica dos assistentes sociais no movimento histórico, colocando temas emergentes, avanços tecnológicos e seus impactos no campo do trabalho social;
- ✓ Contribui significativamente para maior visibilidade do Serviço Social brasileiro no contexto latino-americano; para o fortalecimento dos centros de formação em nível de graduação e de pós-graduação, constituindo-se em espaço importante para divulgação das produções desses centros;
- ✓ Cria opinião sobre questões mais gerais da sociedade e, particularmente, para questões específicas e relevantes para o Serviço Social;

- ✓ Instiga e estimula os assistentes sociais que estão na prática interventiva, por se constituir em fonte de informação e de formação;
- ✓ Apóia e incentiva a organização dos assistentes sociais e as entidades representativas do Serviço Social no Brasil e na América Latina;
- ✓ Desenvolve importante contribuição na mediação interna, no interior do Serviço Social, e entre o Serviço Social e áreas afins do conhecimento.

Em suma, as publicações da Revista Serviço Social & Sociedade, durante as três décadas percorridas pelo presente estudo, apresentam, sobretudo, uma contribuição inquestionável para a construção do Projeto Profissional de Ruptura/Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social que vem se desenvolvendo como alternativa profissional hegemônica desde o final da década de 1970 e, com maior expressão, durante os anos 1980 e 1990, o que representa a recusa do conservadorismo que marcou a criação e a institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Abstract: This article presents the results of an extensive documental research on the 99 issues of the Social Work & Society magazine published during three decades: 1979-2009. The objective was to characterize and to analyze the contributions of the publications to the construction of the Social Work area in Brazil, highlighting the passage from the conservative perspective that marked the profession to a critical, theoretical and methodological perspective that became hegemonic from the second half of the 1980's to the 1990's. In this course of action, the "Projeto Professional de Ruptura", the prevailing designation during the 1980's, and the "Projeto Ético-Político-Profissional", a designation of the critical professional project since the 1990's were highlighted. The identified themes were systematized and analyzed under the scope of the conjectural movements in the society and considered the development of the Social Work area in Brazil. Clear evidence of the contributions from the Social Work & Society magazine to the rupture of the Social Work with the prevailing conservatism was identified.
Key words: Social Work, Professional Project, Social Work & Society magazine, Brazil.

REFERÊNCIAS

ABRAMEDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (91): 34-48, Especial. 2007.

ADRIANZEN, Alberto. Democracia en América Latina: experiências y reflexiones. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (40): 124-140, dez. 1992.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Projeto ético político, necessidades e direitos sociais. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (92): 85-97, nov. 2007.

BAPTISTA, Myriam Veras. A participação como valor e como estratégia de ação do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (25): 83-109, dez. 1987.

BARBOSA, Mário da Costa. O Serviço Social como práxis. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (6): 33-44, set. 1981.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. O novo código de ética profissional do assistente social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (41):158-162, abr. 1993.

_____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (79): 27-42, Especial. 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: por direitos para qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (79): 108-132, Especial. 2004.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (78): 48-68, jul. 2004.

CAMPOS, Marta Silva. Democratização e desigualdade social no Brasil. Notas sobre algumas implicações profissionais. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (57): 9-27, jul. 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de et al. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil — determinantes históricos e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (14): 104-143, abr. 1984.

CARVALHO, Denise Bomtempo de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se um "governo paralelo de pobreza". *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (46): 86-103, dez. 1994.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Espaço público e cidadania: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (59): 9-23, mar. 1999.

CORREIA, Cláudio P. Diniz. O papel da ética na construção do projeto político-profissional do assistente social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (40): 118-123, dez. 1992.

DEMO, Pedro. Menoridade dos mínimos sociais: encruzilhada da assistência social no mundo de hoje. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (55): 39-73, nov. 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (24): 49-69, ago. 1987.

____. Espaço institucional e espaço profissional. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (I): 137-152, set. 1979.

____. Por um Serviço Social alternativo. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (5): 35-38, mar. 1981.

FILGUEIRAS, Maria Luzia Helena Gomes. Modernidade *versus* pós-mo-demidade. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (53):
164-189, mar. 1997.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (91): 5-33, Especial. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. Texto base da conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica, 2004 (mimeo.)

JACOBI, Pedro. Descentralização e participação: alcances e limites da inovação no município de São Paulo. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (41): 22-38, abr. 1993.

JOVCHELOVITCH, Marlova. O processo de descentralização e munici-palização no Brasil. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (56): 34-49, mar. 1998.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social — uma abordagem crítica. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (4): 1-38, dez. 1980.

LIMA, Maria Helena da Almeida. Ética e política no Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (45): 108-128, ago. 1994.

LOJKINE, Jean. A Revolução Informacional contra a sociedade "pós-industrial". *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (45): 27-41, ago. 1994.

LOPES, Josefa Batista. Pós-modemidade: superação da modernidade ou reação conservadora? *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (42): 78-104. ago. 1993.

LOPES, José Rogério. Mínimos sociais, cidadania e assistência social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (58): 94-108, nov. 1998.

____; BAPTISTA, Myrian Veras (coords.). Mesa-redonda na Universidade Nacional de La Plata. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (51): 23-48, ago. 1996.

MENEZES, Luís Carlos de. Para a universidade brasileira transpor o século. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (51): 49-60, ago. 1996.

MONTANO, Carlos E. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil". Estado e "terceiro setor" em questão. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (59): 47-79, mar. 1999.

____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (53): 102-125, mar. 1997.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (5): 59-76, mar. 1981.

____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (50): 87-132, abr. 1996.

____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (84): 5-26, nov. 2005.

____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional: 1-22, 2006.

____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (79): 61-74, Especial. 2004.

PONTES, Lúcia; BAVA, Silvio Caceia. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (50); 133-142, abr. 1996.

RAICHELIS, Rachel. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (56): 77-96, mar. 1998.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização Política dos (as)asssistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (88): 160-182, nov. 2006.

REIS, Marcelo, Braz Moraes dos. *Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia, 1998.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (58): 41-71, nov. 1998.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (58): 24-40, nov. 1998.

ROSA, Cleisa M. Maffei; RAICHELIS, Rachel. O Serviço Social e os movimentos sociais: análise de uma prática. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (19): 74-97, dez. 1985.

SAN'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (62): 73-92, mar. 2000.

SARACHU, Gerardo. Ausências y olvidos en el debate sobre el "tercer sector": algunas anotaciones para la reflexión dei Servicio Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (59): 127-151, mar. 1999.

SENNA FILHO, Arthur Ribeiro de. Organizações não-govemamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais. Estado e democracia. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (45): 42-65, ago. 1994.

SILVA, Iolani Soares da. O projeto ético-político profissional do Serviço Social: o sentido da ruptura. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (97): 109-123, jan./mar.. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.* São Paulo, Cortez, 2009.

____. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. 5 ed. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (44): 77-113, abr. 1994.

____ et al. Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: estudo de 10 anos da revista Serviço Social & Sociedade (1979-1989). *Cadernos de Pesquisa CEDEPSS* (2), ago. 1994.

_____.Contribuições da revista para a construção do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (61): 11-62, nov. 1999.

____. Serviço Social em tempos de democracia. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (39): 3-30, ago. 1992.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (54): 75-96, jul. 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social — PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (14): 29-103, abr. 1984.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, Cortez (95): 5-32, Especial. 1998.